

DEPENDE DE CADA PESSOA

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

RESOLUÇÕES PARA ATUAR POR UM MUNDO MELHOR

SAÚDE MENTAL

Que efeitos no
pós COVID-19

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os desafios da
nova administração

CABO DELGADO

Entrevista ao
Bispo de Pemba

NESTA EDIÇÃO:



8

RESOLUÇÕES A PENSAR NUM FUTURO MELHOR



18

SAÚDE MENTAL – QUE EFEITOS NO PÓS COVID-19



20

EUA – OS DESAFIOS DA NOVA ADMINISTRAÇÃO



40

ENTREVISTA A D. LUÍZ LISBOA, BISPO DE PEMBA



48

O QUE ESTÁ POR ALCANÇAR NOS DIREITOS DAS MULHERES

Imagem da capa:

Ativistas da Maratona de Cartas da Amnistia Internacional do Togo.
©ODFI MOVIES



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Paginação e gráfismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número: Ana Cristina Pereira, Ana Farias Fonseca, Ana Patrícia Cardoso, Ângela Ferreira, Augusto Freitas de Sousa, Francisco Colaço Pedro, José Alexandre Silva, Margarida David Cardoso, Margarida Oliveira, Manuel Coutinho, Paulo Pimenta, Pedro A. Neto, Sílvia Carvalho d'Almeida.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt
revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

A renovada esperança de um mundo pleno de direitos humanos

Esperança. A expectativa de que tudo melhorará, que é possível, que o sonho se cumprirá. Esperança será talvez a palavra de ordem neste virar de um ano de encruzilhadas. Depois de uma crise sem precedentes, a luz ao fundo do túnel é trazida pela promessa de vacinas que podem ajudar a controlar a pandemia. Que nos trazem essa esperança, de que poderemos recomeçar. Mas que a esperança não nos tolde o discernimento: ainda há muito caminho a percorrer. Precisamos de não nos esquecer, agora mais que nunca, de nos guiarmos pelos direitos humanos.

Como queremos retomar a nossa vida e construir o futuro? É importante sabermos tomar resoluções certas, principalmente quando se aproxima aquele momento do ano em que as ponderamos e decidimos. Propomos-lhe, por isso, algumas sugestões que consideramos podem fazer a diferença, pois a responsabilidade é de todos e todas nós.

É preciso também sabermos olhar mais além. Enquanto estamos focados na forma como a pandemia nos está a afetar, em Cabo Delgado, a norte de Moçambique, vive-se uma tragédia humanitária, com decapitações, morte indiscriminada de civis e destruição de aldeias, que custou já a vida a mais de duas mil pessoas e obrigou 500 mil a deixarem as suas casas para trás. Isto, a somar também à COVID-19, e à situação de pobreza já anteriormente vivida na região. Quem no terreno opta por ajudar, coloca-se a si próprio em perigo, como é o caso de D. Luiz Fernando Lisboa, Bispo de Pemba, que foi já alvo de difamação e ameaças por causa do seu trabalho, e que nos conta como se vive em Cabo Delgado.

Também na República Centro Africana a população civil sofre o impacto da violência e do conflito armado. A contínua impunidade é uma afronta para as vítimas e um cheque em branco para os maiores responsáveis por crimes cometidos pelos dois lados – Ex-Seleka e Anti-Balak. São precisos mais avanços pelo Tribunal Penal Especial para

garantir a responsabilização, a reparação das vítimas e o cumprimento dos direitos humanos, cujo trabalho tem sido prejudicado por deficiências na sua operacionalização e pela falta de transparência.

Num mundo em mudança e em adaptação a uma situação totalmente nova, a informação é mais importante que nunca. A desinformação, e a amplificação de conteúdos incorretos ou falsos é um fenómeno que ficou amplamente conhecido pela designação de “notícias falsas”, termo contestado por vários especialistas, que defendem que estes conteúdos não são notícias – e que por isso o termo é incorreto e paradoxal. Chamemos-lhe, portanto, “falsas informações” – que geram desinformação. Mas, independentemente da designação, é ainda mais importante estarmos atentos, pois a desinformação tem o poder de gerar e trazer confusão e divisão em vez de soluções, quando são agora mais necessárias que nunca.

E de um país cuja administração mais popularizou o termo nos últimos quatro anos, a par com outras sérias questões de injustiça e desrespeito pelos direitos humanos, chega-nos também uma nova esperança. Queremos um virar de página, e que a nova administração dos Estados Unidos da América coloque, desde o início, os direitos humanos no foco da sua agenda.

A pandemia trouxe também desafios ao nível da saúde mental. E porque também aqui, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade ficam ainda mais vulneráveis, é preciso falar muito claramente sobre um tema que é, infelizmente, tantas vezes descurado.

E é preciso que, com foco no horizonte de onde queremos chegar, nunca esqueçamos o caminho que há a fazer. E que nos envergonhe o facto de, ao entrarmos em 2021, ser mulher ainda ser sinónimo de ser ver privada de viver em pleno e em total liberdade, de ainda utilizarmos a palavra “femicídio” como uma prática do presente, de ainda termos casos de mutilação genital feminina, violência doméstica e de género, e de assédio sexual. Para quando a plenitude da igualdade de género, algo que deveria ser uma realidade há tanto tempo?

Entremos por isso com esperança em 2021. Com a esperança de quem sabe que muito caminho há ainda a fazer, que o novo ano virá cheio de desafios, que a “luz ao fundo do túnel” é ténue e não está visível a toda a gente. Mas também com a certeza de que o caminho é feito de pequenos passos, em direção a um mundo pleno de direitos humanos.



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

JAN

27

Dia Internacional em
Memória das
Vítimas do Holocausto

FEV

6

Dia Internacional de
Tolerância Zero à
Mutilação Genital
Feminina

MAR

8

Dia Internacional da
Mulher

21

Dia Internacional para a
Eliminação da
Discriminação Racial

22

Dia Mundial da
Água

ANTENA 2

CASOS DA
AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia





© Amnesty International

O NOVO GOVERNO DE MYANMAR DEVE PRIORIZAR OS DIREITOS HUMANOS

Na sequência das recentes eleições, a Liga Nacional para a Democracia, o partido de Aung San Suu Kyi, continuará a governar o Myanmar e tem por isso a oportunidade de ir mais longe e fazer as reformas de direitos humanos que ficaram por fazer.

A Amnistia Internacional apresentou ao novo governo uma agenda com 11 prioridades que devem orientar o novo executivo. Ao mesmo tempo apelou aos membros do novo parlamento a comprometerem-se publicamente com a promoção do respeito pelos direitos humanos de todos no país.

Esta agenda de direitos humanos destaca as principais reformas jurídicas que o governo deve fazer, incluindo a reforma ou revogação das leis repressivas utilizadas para deter, acusar e prender pessoas simplesmente por exercerem os seus direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Além disso, é necessário garantir os direitos das mulheres e a igualdade de género, proteger os direitos das pessoas LGBTI e abolir a pena de morte.





OS DIREITOS DOS TRABALHADORES EM JOGO NO QATAR

A Amnistia Internacional escreveu às federações de futebol de mais de 20 países com um apelo para que desempenhem um papel ativo na garantia dos direitos dos trabalhadores migrantes no Qatar.

Anfitrião do Campeonato do Mundo de 2022, o Qatar está obrigado cumprir o programa de reformas laborais antes do arranque da competição. O governo do Qatar precisa de melhorar a implementação das atuais reformas e introduzir outras. Tem que tornar mais fortes os mecanismos de fiscalização para detetar e impedir abusos de forma mais célere. Deve, também, facilitar o acesso à justiça e reparação, de forma a acabar com a cultura de impunidade dos empregadores abusivos e respeitar o direito dos trabalhadores migrantes de poderem formar sindicatos. Sem esquecer o fortalecimento da proteção para os trabalhadores domésticos, que têm sido deixados para trás em diversas reformas legislativas.

Enquanto organizador do campeonato do mundo a FIFA também tem a responsabilidade de garantir que os direitos humanos sejam respeitados no contexto da preparação e realização do torneio.



8 Resoluções a pensar num futuro melhor

2020 revelou o poder da nossa vontade coletiva e a rapidez da mudança, quando nos juntamos numa causa comum.

Se conseguimos mudar radicalmente as nossas vidas por causa duma pandemia, podemos fazê-lo para lidar com a crise social e ambiental?

A COVID-19 é como se o planeta lançasse um SOS perante a atividade humana, alertou a diretora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Inger Andersen.

É um sintoma da saúde debilitada do nosso planeta – e, por isso, da nossa.

Está ligado a outros sintomas, bem mais graves, como a perda de biodiversidade e as alterações climáticas.

Crise significa “momento de decisão”. Para lá da COVID-19, o sociólogo Boaventura Sousa Santos antevê três cenários. O pior: tudo volta à mesma. No segundo, fazem-se pequenas mudanças – planos de relançamento económico, campanhas de *greenwashing* – para que nada mude realmente. Depois há o melhor cenário: a criação de novos modelos civilizacionais, que acabem com “esta ideia estúpida de que a natureza se pode dominar e explorar sem limites”, como afirmou ao jornal *i*, e imaginem “o planeta como nosso lugar-comum e a natureza como nossa mãe original, a quem devemos amor e respeito.

Não nos pertence, nós pertencemos a ela”.

© Pexels

QUE
RESOLUÇÕES
INDIVIDUAIS
PARA 2021 NOS
FAZEM VIBRAR – E
PODEM AJUDAR A
ESSA MUDANÇA
SISTÊMICA E
COLETIVA?

8 A AGIR DEIXA OITO EXEMPLOS.

1- SER SOLIDÁRIO, CRÍTICO E RESPONSÁVEL PERANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A avalanche informativa relativa à emergência da COVID-19 faz apelo à responsabilidade de cada um em não contribuir, por um lado, para a disseminação de informações falsas e, por outro, para amplificar o sensacionalismo e o medo.

A pandemia intensificou e realçou as desigualdades e as discriminações sociais, como o racismo e o sexismo. Da crise, surgiu um surto de solidariedade: cantinas autogeridas, redes de distribuição de alimentos, apoio doméstico a pessoas e animais, campanhas de angariação de bens e de fundos. O projeto Achata a Curva

(achataacurva.com) mapeou mais de uma centena de iniciativas de solidariedade. Muitas prosseguem ativas em 2021 e a participação é bem-vinda.

2- ATRAVESSAR 2021 SEM USAR O AVIÃO

A rede Stay Grounded denunciou e a Comissão Europeia admitiu-o em novembro passado: o impacto climático da aviação é três vezes superior àquilo que se pensava. Em 2018 esta indústria foi responsável por 6% do total de gases com efeito de estufa.

Um grande impacto por e para uma pequena minoria. É que mais de 90% da população mundial nunca pôs os pés num avião, conforme revela o relatório “O decrescimento da aviação”, publicado em outubro pela campanha ATERRA.

Em 2021 podemos agir para mudar a política de viagens da nossa empresa ou universidade. A Stay Grounded disponibiliza guias de apoio, webinars e exemplos de organizações “com os pés na Terra”.

Uma delas? Por iniciativa de um grupo de estudantes, a Universidade de Gante, na Bélgica, deixou de permitir escolher o avião para viagens a cidades estrangeiras, sempre que for possível fazê-las em menos de seis horas de comboio ou autocarro.

Podemos descobrir o prazer de “viajar como se houvesse amanhã”. Viajar menos e mais devagar, preferir destinos mais próximos e optar pelo comboio, com um impacto ambiental até 200 vezes menor que o avião. Através da campanha “Let’s Stay Grounded!”, centenas de pessoas estão a comprometer-se a reduzir ou parar os seus voos, durante um ano ou para sempre.

3- ALIMENTAR A AGRICULTURA DE PROXIMIDADE

O marketing das grandes superfícies leva a crer que consumimos cada vez mais produtos nacionais. Já os factos revelam que Portugal importa 73% dos alimentos e é o país mediterrânico com a maior pegada alimentar per capita. Um estudo da Universidade de Aveiro concluiu em novembro passado que se todas as pessoas comessem como os portugueses precisaríamos de 2,3 planetas.

Em 2021 podemos abdicar do conforto dos supermercados e desfrutar das feiras mensais, mercados municipais e mercearias de bairro. Participar numa cooperativa de consumo ou juntar-nos a uma AMAP - Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade. Como explica a REGENERAR - Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária, estas cocriam “sistemas agroalimentares solidários baseados na relação direta entre grupos de consumidores e produtores”.

A campanha O Prato Certo mostra como a nossa alimentação “pode ser apetitosa, saudável e económica, utilizando os princípios da dieta mediterrânica.” Para além de coloridas receitas, a plataforma pratocerto.pt lista mercados, produtores e cabazes com que nos podemos abastecer, e cozinhar sem deixar queimar o futuro.

4- USAR E COMPRAR MENOS TECNOLOGIA

Segundo a Oxfam, a pandemia pode empurrar 500 milhões de pessoas para a pobreza, mas “algumas das maiores multinacionais estão a fazer enormes lucros e a canalizá-los para bilionários e acionistas”. Na linha da frente estão as gigantes da tecnologia: Apple, Facebook, Microsoft, Google e, sobretudo, Amazon.

A campanha “Make Amazon Pay” denuncia como, durante a pandemia, o CEO Jeff Bezos acrescentou 22 mil milhões à sua conta pessoal, que subiu ao recorde histórico de 200 mil milhões de dólares. Isto enquanto a empresa explora trabalhadores, paga baixos impostos e deixa uma pegada ambiental superior à de dois terços dos países do mundo.

Um futuro mais justo e são passa por um 2021 com menor consumo de tecnologias e menos horas em frente a ecrãs. Mas também por trocar software proprietário e comercial pelas numerosas alternativas open source.

5- COMER MENOS CARNE

O consumo de carne por pessoa em Portugal disparou de 20,6Kg em 1961 para 112,3Kg em 2016 (INE). Segundo a ZERO, os portugueses consomem 4,4 vezes mais produtos animais do que recomendado, com graves efeitos na saúde. A indústria agropecuária do país é responsável por 13,3% da emissão de gases com efeito de estufa (Pordata, 2017), é o maior responsável pela acidificação de águas e tornou-se a principal fonte de metano – gás até 100 vezes mais danoso que o CO2.

Mais de 40% dos cereais produzidos no mundo são para alimentação intensiva de animais, uma das principais causas da perda de biodiversidade.

Para reduzir ou por termo ao consumo de carne em 2021, temos em alternativa um alimento que os humanos cultivam há 10 mil anos e era parte essencial da dieta dos nossos avós. Pode ser conservado durante meses. Pode ser cultivado em solos pobres e aumenta a sua fertilidade. Requer dez vezes menos água que a produção de carne. E, nutricionalmente, é um super alimento. Falamos das leguminosas. São de tal forma importantes que as Nações

Unidas celebram a 10 de fevereiro o Dia Mundial das Leguminosas.

Em alternativa à pecuária intensiva, podemos apoiar o modelo extensivo de pastoreio, que assegura importantes serviços de ecossistema, como demonstra o projeto Terra Maronesa, nas serras do Alvão e do Marão.

6- ELIMINAR O PLÁSTICO SUPÉRFLUO

Nos últimos anos, 70 mil voluntários do movimento Break Free From Plastic correram as praias de 50 países, limpam o plástico dos areais e revelaram ao mundo os principais poluidores do planeta: entre outros, Coca-Cola, Colgate-Palmolive, Danone, Nestlé e Unilever (dona de marcas como Dove, Calvé, Olá ou Skip).

O relatório “Talking Trash” mostra como estas empresas têm sabotado as leis e iludido os consumidores, e aproveitado a pandemia para “proteger os seus lucros e continuar a inundar o mundo com produtos de consumo e embalagens descartáveis baratas”. “Apesar da maior consciência e dos discursos, os plásticos continuam a acabar nos nossos rios e oceanos. Prevê-se que a produção de plástico duplique até 2030”.

A ZERO denunciou que em 2018 apenas 12% dos plásticos dos resíduos urbanos em Portugal foram para reciclagem. “A reciclagem está longe de ser uma solução suficiente”, afirma a associação, “é fundamental prevenir a produção de plástico”.

Uma forma de intervir é recusar os produtos das multinacionais poluidoras e descobrir alternativas, como os cosméticos naturais artesanais. “Leva os teus sacos e recipientes reutilizáveis, compra local e em estabelecimentos desperdício zero, repara utensílios em vez de comprar novos”, sugere Break

Free From Plastic. “Há imensas formas de nos libertarmos do plástico enquanto indivíduo, família, empresa ou escola.”

7- PLANTAR AGROFLORESTA

60% do território português está em risco de se tornar um deserto. 95% da floresta é privada – um número insólito no mundo, que permitiu o desastre ecológico dos eucaliptais, mas também dá aos pequenos proprietários uma oportunidade para cuidar do futuro. A agrofloresta preconiza combinar num mesmo lugar várias culturas, regenerar o solo e os ecossistemas. O resultado são florestas abundantes e biodiversas, com aromáticas e hortícolas, frutos e madeiras nobres. O projeto Plantei.eu é uma preciosa ferramenta informativa para plantar cuidando da terra e do futuro.

8- JUNTAR-SE A UMA LUTA AMBIENTAL

Aljezur, Peniche ou Alcobaça eram apenas três dos 15 lugares ameaçados pela exploração de petróleo e gás em Portugal. Estes projetos comprometiam as metas de descarbonização e espoletaram o maior movimento ambiental na história recente do país. Um a um, todos os furos foram cancelados, o último em setembro passado. Uma vitória do movimento pela justiça climática que mostrou a importância da ação coletiva. Hoje, em Covas do Barroso, Argemela ou Serra d’Arga resiste-se a projetos de mineração. Dunas Livres defende a orla costeira entre Tróia e Melides dos resorts de luxo. A Regenerarte defende os ecossistemas do Algarve face às plantações de monoculturas como o abacate. Juntos pelo Sudoeste defende o Sudoeste Alentejano do avanço da agricultura intensiva sob plástico. De norte a sul, as populações agem para defender o território, o ambiente e o futuro, e podemos apoiá-las.



OS DIREITOS HUMANOS NA ERA DA DESINFORMAÇÃO

Corria o ano de 2016 quando o recém-eleito presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, se recusou a responder a uma pergunta de um jornalista da CNN, Jim Acosta, acusando-o de produzir falsas informações. Foi nesse momento que o termo “fake news” ganhou visibilidade mundial e desde aí ocupa um lugar central na atualidade mediática.

Mas desengane-se quem pensa que este fenômeno é recente, ou que se insere meramente no contexto do surgimento dos novos media, dos quais fazem parte as redes sociais. O que alguns argumentam é que as falsas informações surgiram e existem desde que foi inventado o próprio conceito de notícia, mais precisamente desde que estas começaram a circular amplamente, logo após a invenção da imprensa por Johannes Guttenberg, em 1439.

Os boatos e as falsas informações têm sido difundidas ao longo da história e têm sido várias as motivações. Lee McIntyre (no seu livro Post-Truth) entende as “fake news” como sendo falsas informações, criadas deliberadamente com



OS VÁRIOS TIPOS DE DESINFORMAÇÃO

Para Claire Wardle, do First Draft News, um projeto de “luta contra a desinformação e a desinformação online”, existem **7** tipos de desinformação, que é ao que nos referimos quando falamos de “fake news”:

- **Falso contexto:** Quando o conteúdo genuíno é compartilhado com informação contextual falsa;
- **Falsa conexão:** Quando manchetes, legendas ou ilustrações não confirmam o conteúdo;
- **Manipulação do contexto:** Quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar;
- **Conteúdo enganoso:** Uso enganoso de informações para enquadrar uma questão ou indivíduo;
- **Conteúdo impostor:** Quando fontes genuínas são imitadas;
- **Conteúdo fabricado:** Conteúdo 100% falso, criado para ludibriar e prejudicar;
- **Sátira ou paródia:** Nenhuma intenção de prejudicar, mas tem potencial para enganar.

a intenção de enganar, seja por motivos ideológicos, políticos ou financeiros. Por exemplo, nas Grandes Guerras Mundiais, a propaganda foi o método principal de desinformação, e mais recentemente, a Guerra do Iraque baseou-se numa falsa informação, a de que este país tinha um arsenal de armas de destruição maciça, o que não se confirmou.

Deve exigir-se responsabilidade a quem veicula informação. O jornalismo ético, objetivo e cujas fontes são verificadas, é a melhor maneira de se manter bem informado. De facto, para os jornalistas, o termo “fake news” é um contrassenso, porque se o conteúdo é falso então não é notícia, e se é notícia então não pode, por definição, ser falso.

O QUE MUDOU NA COMUNICAÇÃO

É certo que as falsas informações não surgiram com o advento das redes sociais, no entanto, estas amplificaram largamente o seu alcance. Para além disto, ao arrecadarem grande parte das receitas em publicidade (a principal fonte de receita do jornalismo) conduziram a uma crise nos media tradicionais, com o fecho de inúmeras redações em Portugal e no mundo. Os primeiros departamentos a cessarem funções, foram precisamente os de

fact checking, ou seja, os que verificam a veracidade de eventuais notícias.

O aparecimento das redes sociais mudou também o paradigma de comunicação. Se durante a era dos Meios de comunicação social estes serviam como mediadores e reguladores da informação entre as fontes e o público, na era digital da comunicação numa sociedade em rede, cada um de nós pode ser simultaneamente a fonte e o público, o produtor e consumidor de notícias, em cada uma das plataformas existentes para o efeito, sejam elas blogues ou redes sociais. Muitas vezes, no entanto, confunde-se o que é informação baseada em factos

verificáveis e opinião. Opiniões são apresentadas como notícias, e esta facilidade na difusão de conteúdos permite que pessoas mal-intencionadas os publiquem visando tanto o lucro como a desinformação. Existe uma maior abundância e facilidade no acesso à informação, mas por outro lado, esta nem sempre é confiável.

A regulação, contudo, pode e deve continuar a ser feita pelas plataformas (desincentivando a motivação económica para a publicação de falsas informações), que devem obedecer a uma regulação externa pública a nível nacional e transnacional, podendo também ser reguladas por sites externos



MODELO DO FACEBOOK



José Moreno, formador do curso de “Fake News: Ferramentas de verificação de informação e de desinformação” do Cenjor recomenda entre outros, o modelo do Facebook para a verificação das notícias:

- Desconfiar dos títulos
- Prestar atenção ao URL
- Investigar a fonte
- Procurar formatações incomuns
- Analisar as fotografias
- Examinar as datas
- Confirmar os factos
- Ver outras notícias
- Perceber se a notícia é uma piada
- Se a notícia for mesmo falsa, não a partilhar e denunciá-la

de verificação de dados e de notícias, tal como o Polígrafo, o Observador e o FactCheck. Mas mais importante ainda, é a autorregulação dos utilizadores das plataformas, denunciando e não partilhando conteúdo que se suspeite ser falso, que propague discursos de ódio, de racismo, e de xenofobia, ou que seja contrário à promoção dos direitos humanos.

UMA “PROVA DE FOGO” PARA A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Têm sido várias as consequências que a desinformação tem tido para a defesa dos direitos humanos. Se por um lado, governos e grupos extremistas propagam falsas informações e discursos xenófobos, racistas e de ódio com o intuito de prejudicar e difamar determinados grupos de pessoas mais vulneráveis, como determinadas minorias étnicas, migrantes e refugiados, por outro, tem havido uma completa perseguição de quem luta diariamente pela sua defesa, pelo direito à informação, e à liberdade de expressão, como é o caso dos defensores de direitos humanos, incluindo jornalistas.

Tal como já referimos, há políticos, de que Donald Trump é exemplo, que tentam desacreditar os media sob a acusação de disseminarem “fake news”, num ataque sem precedentes, e assim desresponsabilizar-se por atos cometidos. Há ainda a tentativa de censurar grupos ativistas pelos direitos humanos e ambientais, bem como os utilizadores das redes sociais, usando legislação criada para punir criminalmente quem está a apenas a usufruir do seu direito de informar ou da sua liberdade de expressão, sob a acusação de disseminarem desinformação. Há uma linha ténue entre a regulação das plataformas e a censura que não deve ser pisada, sob o risco de estarmos a pôr em causa a própria democracia. E o bom jornalismo é indispensável à sua manutenção, seja

responsabilizando e questionando os poderes em sociedade, seja no combate às “fake news”, utilizando a sua melhor estratégia: Informar, informar, informar!

COMO CONSEGUIR DISTINGUIR AS FALSAS INFORMAÇÕES

Enquanto o ex-presidente Trump se habituou a chamar de notícia falsa toda e qualquer notícia de que não gosta particularmente, existem de facto conteúdos falsos a circular sobretudo online, que visam a desinformação. “Segundo o Eurobarómetro, apenas 48% dos portugueses admite conseguir identificar falsas informações, uma percentagem que Bruxelas classificou como “preocupante” e que está abaixo da média da União Europeia, que se situa nos 58%.”, diz Fernando Esteves, diretor do jornal Polígrafo.

Importa por isso detetá-las, tanto para estar melhor informado, como para não os propagar partilhando-as, e até para as denunciar às plataformas nas quais estão inseridas.

Existem ferramentas avançadas para verificar uma notícia que suspeite ser falsa, no entanto, e de acordo com Fernando Esteves, pode simplesmente fazer uma busca no Google e “perceber se esta foi noticiada por algum jornal de referência. Se isto acontece, muito provavelmente a informação é verdadeira”.

Pode ainda usar o Google Reverse Image Search ou o TinEye para uma busca pelas fotos para perceber qual a sua origem ou se estas já foram usadas noutros contextos. Deve estar atento às sombras e aos contornos nas imagens,

que poderão ser indicadores de que estas foram manipuladas. Procure pistas tais como matrículas, nomes de ruas, de estabelecimentos, e faça a sua pesquisa. Quanto aos vídeos, pode observar fotograma a fotograma, e tentar perceber irregularidades.

A literacia mediática é de enorme importância nos dias que correm, e há países europeus tais como a Alemanha, a França e a Itália que têm esta disciplina nos currículos escolares.

Em Portugal, os programas que existem estão, segundo Fernando Esteves, “a dar os primeiros passos”, mas são já uma realidade. Consulte os sites da Fundação Gulbenkian, da Agência Lusa, e do Cenjor, por exemplo, para saber mais sobre este assunto.



© Amnesty International

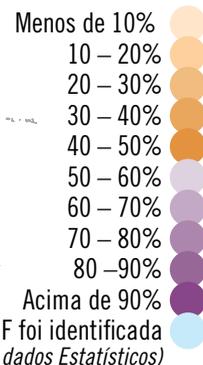


MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA



PAÍSES ONDE A
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA FOI
REPORTADA

Todos os anos, mais de 4 milhões de raparigas estão em risco de sofrer MGF



INFORMAÇÃO ADICIONAL

- A MGF foi documentada em **31 países**.
- Dados indicam que a prática pode estar presente em mais de **90 países**.
- Em 2020 pelo menos **129 raparigas** foram vítimas de mutilação genital em Portugal.



IDADES

- A MGF é realizada em meninas, raparigas e mulheres, pode ter lugar logo após o nascimento até à maioridade e mesmo durante a idade adulta.
- A MGF acontece, na maioria, **antes dos 15 anos** de idade.



TIPOS DE MGF

TIPO 01

Remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio (clitoridectomia).

TIPO 02

Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios (excisão).

TIPO 03

Estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris (infibulação).

TIPO 04

Todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, por exemplo: punção/ picar, perfuração, incisão/corte, escarificação e cauterização.

7 PERGUNTAS A...

Mamusu K.

“Fugir para não mutilar”

O seu destino, traçado pela matriarca, a avó, era ser “fanateca”, cumprindo a tradição familiar e, também, no seu país, a Serra Leoa. Isso significava ser a responsável por algo que considera “terrível”, a “excisão do clitóris” com uma navalha em meninas a partir dos dois anos. A recusa de aceitar essa “herança pesada” fez com que Mamusu, agora com 36 anos, fugisse, colocando-se em risco de vida, assim como os seus filhos, o seu marido e todos os que ousaram ajudá-la. Chegou a Portugal em 2014 e, já com os filhos de 11, 9 e 6 anos de idade com ela, quer cá ficar, pois sente-se, como nunca, em casa!

1. Pode explicar de forma simples, o que significa ser “fanateca”?

Ser “fanateca”, de forma linear, é alguém que faz a excisão do clitóris, a chamada mutilação genital feminina. No meu caso, por exemplo, fizeram-me quando tinha apenas dois anos de idade. Mas para a comunidade, ser “fanateca” é alguém que é visto como um ser especial, precioso e muito respeitado.

2. Ser “fanateca” atravessa gerações. No seu caso, começou quando na sua família e porquê?

Desde que nasci que a minha avó era a “fanateca” da nossa comunidade. Não sei se antes dela foi mais alguém, porque não se fala muito sobre isso. Nunca perguntei também à minha avó porque ela era a matriarca e o respeito não o permitia.

3. O que a fez recusar esse destino?

É algo horrível, demasiado violento! Para mim seria impensável sê-lo e fazê-lo. Nunca o fiz e no dia da morte da minha avó, quando me disseram que tinha sido escolhida, por ela, para ser a próxima, nem queria acreditar. Nesse dia, entrei em pânico e fugi, num processo demorado e perigoso.

4. Perigoso como?

Trabalhava num hospital e consegui pedir ajuda a uma pessoa amiga, que me acolheu em casa e começou a tratar da minha fuga, em primeiro lugar para um país vizinho, a Libéria. Só que as pessoas da minha família e da minha tribo andavam à minha procura, ameaçaram de morte quem me ajudasse e vivi tempos difíceis. Fui obrigada a fugir e deixar ficar os meus filhos e o meu marido para trás. Estive de 2014 até 2018 sem os ver, até conseguirmos que eles chegassem a Portugal.

5. No seu país é normal fazer a “excisão feminina”. Mas é consensual? Todos concordam?

Felizmente que nos últimos anos, em primeiro lugar devido à crise derivada do “ébola”, logo a seguir a ter fugido, a tendência tem sido de diminuição, mas é consensual sim. Ninguém o faz com o intuito de fazer sofrer, mas sim por acreditarem que é a coisa certa.

6. Como chegou a Portugal e porquê ficou?

Não fui eu que decidi vir para Portugal, mas posso dizer, hoje, que foi o melhor que me aconteceu. Desde que cheguei que fui sempre acarinhada e apoiada, tanto em Lisboa, no início, como agora que estou em Aveiro, felizmente já com o meu marido e os meus filhos. Estamos a trabalhar, as crianças na escola e adaptadas, já têm amigos e até já foram convidadas a ir lanchar a casa dos amigos, o que me deixa muito feliz.

7. O que pretende fazer no futuro? Regressar é uma possibilidade?

Desde que fugi que só falei com a minha mãe uma vez, quando os meus filhos vieram para Portugal. Não falei com mais ninguém. Fizeram-me muito mal. Não tenciono voltar, estamos bem em Portugal e vamos ficar.

A PSIQUIATRIA, SEM REFORÇO, A BRAÇOS COM MAIS DOENTES

ENTREVISTA

© Pexels



Pedro Morgado

Psiquiatra e Professor

Entrevista com Pedro Morgado, psiquiatra no Hospital de Braga, professor na Escola de Medicina da Universidade do Minho

A ansiedade, por si só, é natural. É a resposta do nosso corpo a situações de perigo ou de crise; uma espécie de alarme, um mecanismo de defesa. No entanto, às vezes é acionada sem necessidade e de forma prolongada, prendendo a pessoa a um estado quase permanente de alerta, a preocupações excessivas e pensamentos compulsivos, que podem alterar o sono e o apetite, afetar a capacidade de raciocínio, concentração e de relacionamento com os outros.

A atual pandemia não é inócua à saúde mental da população em geral. E espera-se que as perturbações de ansiedade sejam das principais consequências num primeiro momento, perante uma pandemia de proporções mundiais, que obriga ao confinamento e isolamento físico, suspendeu rotinas, relações e planos; em que tudo mudou de um dia para o outro e continua mudado ao fim de

nove meses, sem fim à vista. Num segundo momento, há um maior risco de desenvolvimento de sintomas depressivos. Mas apesar da degradação do bem-estar geral, “nada indica que esteja instalada uma pandemia de doença mental”, diz Pedro Morgado, psiquiatra no Hospital de Braga, professor na Escola de Medicina da Universidade do Minho e vice-presidente da mesma escola.

“É claro que a pandemia tem impacto na saúde mental, quer dos doentes quer em pessoas sem antecedentes psiquiátricos. Cabe-nos continuar a desenvolver os nossos serviços de saúde e diagnosticar precocemente as situações de doença, tendo em consideração os novos fatores de risco”, afirma o psiquiatra.

Estudos recentes indicam que ter uma doença psiquiátrica pode ser um fator de risco, não para contrair a infeção por coronavírus SARS-CoV-2, mas para desenvolver formas mais complicadas da doença. Doentes psiquiátricos parecem ter um maior risco de ter uma infeção mais grave do que a média das pessoas. Por outro lado, infetados sem antecedentes de doença mental parecem ter maior probabilidade de ter um diagnóstico de doença psiquiátrica, insónia e demência nos três meses seguintes. “Por comparação com o vírus da gripe, isto acontecia com metade das pessoas do que está a acontecer com o coronavírus”, aponta Pedro Morgado.

Estão particularmente expostos aqueles que já eram considerados vulneráveis à doença mental de forma geral: idosos, mulheres, cuidadores, desempregados, pessoas em situação de sem-abrigo, minorias étnicas e imigrantes, pessoas LGBTI+. “Como em todas as situações de crise, não estamos, definitivamente, todos no mesmo barco. Há, neste momento, pessoas a passar por um sofrimento psicológico extraordinário.” Pedro Morgado aponta com



preocupação para os novos desempregados e aqueles cujo sustento está na vertigem da falência. E ainda para os jovens adultos que, no início da vida profissional, viram as suas expectativas serem violentamente suspensas.

“Desde o início da pandemia, não posso dizer que tenha sido feito qualquer reforço nas equipas de psiquiatria nos hospitais.”

SUBFINANCIAMENTO CRÓNICO

A pandemia mudou também as rotinas nos internamentos e urgências de psiquiatria no Serviço Nacional de Saúde. No início de março, foram suspensas as visitas e praticamente todas as atividades ocupacionais – todas as que eram feitas no exterior e com a colaboração de entidades

externas, incluindo voluntários. “Isso terá naturalmente custos na saúde mental dos doentes. Alguma da atividade dos serviços ficou limitada, mas, de modo geral, não afetou a sua capacidade de prestar cuidados. A resposta, ainda que limitada, é dada”, afirma Pedro Morgado. O psiquiatra acredita que o problema principal é o crónico subfinanciamento dos serviços. A falta de profissionais condiciona o número e regularidade das consultas – as que se seguem ao internamento ou que o podem prevenir. Sabendo que, dependendo da patologia e da gravidade, um doente deve ser consultado pelo seu psiquiatra, pelo menos, de três em três meses, “há pessoas que só conseguem ter uma consulta por ano.”

“Desde o início da pandemia, não posso dizer que tenha sido feito qualquer reforço nas equipas de psiquiatria nos hospitais”, declara.

As consultas nunca foram interrompidas, mas passaram a ser feitas por telefone. A maioria dos serviços locais de saúde mental – que equivalem aos serviços de psiquiatria dos hospitais gerais – não tem

computadores ou outros equipamentos que permitam aos psiquiatras fazer consultas por videochamada e um verdadeiro acompanhamento à distância dos doentes. “Só uma consulta por videochamada seria comparável a um atendimento presencial.

Fazê-lo por telefone é claramente insuficiente”, diz Pedro Morgado.

“Só uma consulta por videochamada seria comparável a um atendimento presencial. Fazê-lo por telefone é claramente insuficiente.”

Além da urgência em reforçar os serviços hospitalares de psiquiatria, quer com profissionais, quer com tecnologia, Pedro Morgado aponta para a necessidade de uma maior articulação e contratação de psicólogos para os centros de saúde.

Não é que os médicos de família não referenciem à psiquiatria doentes com patologia mental – cada vez mais o fazem, na sequência do esforço de formação e sensibilização destes profissionais nos últimos anos. O que ainda tem muito por onde melhorar é o acompanhamento de doenças mentais ligeiras, como a ansiedade e a depressão *minor*, nos cuidados de saúde primários. Não é para o tratamento dessas patologias que estão desenhados os serviços hospitalares, mas é lá que vão ter muitos doentes por falta de resposta nos centros de saúde, onde os psicólogos ainda são escassos.

ANTIPSIQUICÓTICOS GRATUITOS

A discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2021 introduziu uma medida “extremamente importante” para muitos doentes psiquiátricos, em especial pessoas com psicose ou doença bipolar grave: foi aprovada a dispensa gratuita de fármacos antipsicóticos simples. Uma medida que já constava do



Orçamento do Estado para 2020 e é pedida pelo Plano Nacional de Saúde Mental há cerca de duas décadas.

Caso venha a ser implementada, “será uma ótima notícia para pessoas que até agora gastam 30 a 40 euros por mês, muitas vezes com rendimentos muitíssimo baixos, com reformas de poucas centenas de euros”, afirma Pedro Morgado. Prevê, assim, uma maior taxa de adesão à terapêutica, que menos doentes deixem de tomar medicação por não terem como a pagar, o que podia provocar uma recaída da doença e o regresso do sofrimento que levou a pessoa a obter ajuda em primeiro lugar. O acesso a medicação gratuita também afetará as pessoas em tratamento

ambulatório compulsivo, que por decisão judicial estão privadas de liberdade para fins terapêuticos. “Neste caso, trata-te de uma questão de repór o respeito pelos direitos humanos.” Apesar de não terem decidido, de livre vontade, ser tratadas, têm atualmente que pagar aquilo que lhes é prescrito.

SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA:

Em caso de necessidade, pode ir à urgência de psiquiatria. Mas esse deve ser o último recurso. Antes de decidir ir a uma urgência psiquiátrica, ligue para o seu centro de saúde, que contactará o Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da sua área de residência em caso de necessidade.

Também pode contactar diretamente o serviço de saúde mental do hospital da sua região. Ou pedir ajuda junto do número de emergência: **112**.

FERRAMENTAS ÚTEIS:

Para avaliar a sua saúde mental: criada pela Escola de Medicina da Universidade do Minho e o Centro de Medicina Digital P5, existe uma plataforma onde pode monitorizar os seus sintomas depressivos e ansiosos. Depois de responder a um conjunto de perguntas, pode perceber melhor qual o seu estado psicológico e se precisará de falar com um profissional da linha de apoio psicológico, um psicólogo, psiquiatra ou médico de família.

Terá acesso a conselhos para melhorar o bem-estar e o sono, ferramentas de gestão emocional e gestão dos pensamentos. Disponível em:

<https://saudemental.p5.pt>

Este teste não serve de diagnóstico, mas pode indicar a presença de sintomas ansiosos e/ou depressivos.

Para entender melhor o risco de suicídio: A Direção-Geral da Saúde criou um manual para a comunidade sobre prevenção do suicídio que o pode ajudar a perceber quem está em risco de suicídio, quais os fatores de risco e os fatores protetores, e lhe dá conselho sobre como ajudar alguém.

Para lidar melhor com o isolamento social: Um conjunto de investigadores especializados em envelhecimento da Universidade de Coimbra e de Aveiro criaram um site para promover a literacia em saúde mental no isolamento social.

No Cuidadosamente há conselhos, estratégias preventivas e uma série de material informativo para ler.



COM QUEM FALAR OU ONDE PEDIR AJUDA:

O psiquiatra Pedro Morgado é categórico quando afirma que “nunca se deve ignorar nenhum sinal” de depressão ou ideação suicida. “A ideia de que não se deve falar de suicídio porque isso pode espoletar um comportamento autolesivo é errada. Está demonstrado que falar sobre sentimentos e pensamentos, ainda que negativos, é extremamente benéfico.”

Linha de Aconselhamento Psicológico da SNS 24:

808 24 24 24, deve selecionar a **opção 4** (aconselhamento psicológico).

Serviço está disponível 24h/dia, todos os dias. Vocacionado Este para dar apoio em situações como ansiedade aguda, fragilidade psicológica e agravamento de doença psicológica.

Há vários serviços voluntários de apoio em situações de solidão, angústia, desespero e prevenção do suicídio, disponíveis diariamente à tarde e noite:

SOS Voz Amiga: 213 544 545, 912 802 669, 963 524 660, das 16h às 24h. A partir das 21h, há uma Linha Verde gratuita: **800 209 899**.

Telefone da Amizade: 22 832 35 35, das 16h às 23h.

Linha Conversa Amiga: 808 237 327, 210 027 159, das 15h às 22h.

Vozes Amigas da Esperança Portugal: 222 030 707, das 16h às 22h.

Voz de Apoio: 225 506 070, sos@vozdeapoio.pt, das 21h às 24h.

Os profissionais de saúde que estão na linha da frente podem marcar consultas de psiquiatra gratuitas, por videochamada, através do serviço **Cuidar de Quem Cuida**. Disponível através do site: **www.p5.pt/apoio**

Várias universidades e escolas criaram as suas próprias linhas de apoio: Linha de Apoio Psicológico – Covid-19 disponibilizada à comunidade académica da Universidade do Minho, residentes em Braga e Guimarães: **253 144 420** (segunda a sexta-feira das 9h às 13h, das 14h às 18h).

Linha de Apoio Psicológico da Universidade do Porto: **220 408 408** (De domingo a sexta-feira, das 19h às 23h)



ESTADOS UNIDOS: O MUNDO À ESPERA DA MUDANÇA

Os anos da administração Trump levantaram questões sérias de injustiça e desrespeito pelos direitos humanos. Políticas, práticas e decisões unilaterais sem precedentes num mandato marcado pela negação e egolatria.

© Freepik.com

QUEBRAR LAÇOS, DESPERDIÇAR VIDAS

O guatemalteco Felipe Gomez Alonzo, de oito anos, detido pela Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP, na sigla em inglês), morreu na noite de Natal de 2018. Segundo os relatórios, chegou a ser internado com febre, mas acabou por regressar ao centro de detenção onde foi encontrado morto. No mesmo ano, Jakelin Caal, com sete anos de idade, também proveniente da Guatemala, morreu depois de ter sido detida por patrulhas da fronteira.

Os relatos apontam para uma infeção que causou a falência dos órgãos vitais. Os próprios funcionários do CBP revelaram que Jakelin esperou uma hora e meia antes de receber cuidados médicos de emergência. No ano seguinte, Carlos Gregorio Hernandez Vasquez, com 16 anos, também da Guatemala, já estava gravemente doente com gripe A quando os agentes da imigração do Texas o colocaram numa pequena cela. Morreu pouco depois.

As mortes de crianças e adultos aumentaram exponencialmente durante a Administração Trump, responsável pelo endurecimento das políticas de imigração. Além das mortes e das práticas reiteradas de privação de cuidados de saúde, a separação entre filhos e familiares atingiu valores impensáveis nos últimos anos com dados governamentais que apontam para cerca de 70 mil crianças detidas em 2019 e mais de 600 separadas da família.

Mas não foram só migrantes os atingidos pelo autoritarismo dos serviços de imigração. Scott Warren enfrentou um cenário de 20 anos de cadeia acusado de crimes de abrigo e conspiração, entre outros. Fornecer água, comida e assistência médica a duas pessoas chegou para o levar a tribunal, que acabaria por o absolver.



A Amnistia Internacional tem vindo a documentar as ações ilegais dos agentes e departamentos estatais relativamente aos migrantes, designadamente os regressos ilegais maciços na fronteira entre os EUA e o México, as separações de milhares de famílias e detenções de requerentes de asilo. A Amnistia Internacional denunciou a campanha de violações generalizadas dos direitos humanos levada a cabo pela Administração Trump, com o objetivo de punir e dissuadir as pessoas que procuram segurança. Porém, o presidente dos Estados Unidos conseguiu mais verbas para garantir a detenção diária de mais migrantes e reduziu os montantes para a supervisão da detenção.

CIDADÃOS DESPROTEGIDOS

As polícias e forças de segurança americanas não só têm falhado em garantir às populações os direitos de se manifestarem e reunirem pacificamente, como têm fracassado na defesa da integridade física

dos manifestantes. A Amnistia Internacional, que tem continuado a documentar e a monitorizar os casos desde a morte de George Floyd às mãos da polícia em maio de 2020, verificou que em cerca de metade dos estados as autoridades não conseguiram manter os protestos pacíficos e proteger os participantes atacados por contramanifestantes.

Nos protestos contra o racismo e contra a atuação da polícia, verificou-se que as medidas adotadas foram insuficientes e negligentes na mobilização de agentes e na separação de manifestantes. As autoridades não proibiram ou preveniram as ameaças de grupos armados, não intervieram nos confrontos entre os grupos e ainda dispersaram manifestações pacíficas. Durante os confrontos que contabilizaram mais de 125 incidentes em pelo menos 40 estados, foram agredidos pela polícia manifestantes pacíficos, jornalistas, observadores e pessoal médico, entre outras pessoas que estiveram nos locais.

#JusticeForGeorgeFloyd

O relatório da Amnistia Internacional “O Mundo está Atento: Violações em Massa pela Polícia Norte-americana dos Direitos dos Manifestantes do Movimento ‘Black Lives Matter’” dá conta de profissionais da comunicação feridos, alguns gravemente. Outro alvo das autoridades foram os observadores legais, com direito a estarem presentes nas manifestações para, entre outras funções, informarem a população sobre deveres e obrigações legais. Apesar de estarem, como habitualmente, vestidos com cores vivas ou com materiais que os identificavam, as polícias utilizaram força excessiva e detiveram-nos arbitrariamente. Voluntários médicos, conhecidos como “médicos de rua”, também foram atingidos por gás lacrimogéneo, ou sofreram ferimentos provocados por bastões e projéteis. Mesmo identificados por cruzes vermelhas nas roupas e mochilas, as forças de segurança alvejaram-nos deliberadamente.

Os protestos decorrem durante um período eleitoral de forte polarização, onde o discurso, as políticas e as práticas da administração de Donald Trump acabariam por encorajar a presença de grupos armados.

ORGULHOSAMENTE SÓS

A justificação de Donald Trump para a saída do Acordo de Paris não deixa margem para dúvidas: “a fim de cumprir o meu dever solene de proteger a América e seus cidadãos”. Uma contradição que afronta os direitos humanos e que, como salienta a Amnistia Internacional, além dos



© Christopher Glanzl / Amnesty International

próprios americanos, põe em grave risco as vidas e o bem-estar de milhões de pessoas por todo o mundo. As alterações climáticas e a proteção do ambiente são uma questão de sobrevivência.

Ao contrário de outros presidentes americanos, Trump recusa uma visão altruísta e universalista perante uma ameaça comprovadamente transversal. O abandono dos acordos globais sobre matérias tão sensíveis potenciam e promovem a desigualdade social, a fome, a crise dos refugiados e ameaçam os direitos humanos. Para milhões de pessoas, com enfoque nas crianças, estão em causa os direitos à vida, saúde, alimentação e alojamento.

A Amnistia Internacional recorda que a vida humana só é possível num ambiente sadio e ecologicamente

equilibrado. A economia, sociedade, cultura, e ainda os direitos civis e políticos, constituem uma responsabilidade coletiva. O Acordo de Paris, em vigor desde 2016 e ratificado por 125 países, é o pacto mundial mais ousado sobre as mudanças climáticas e prevê o esforço dos estados em limitar o aumento das temperaturas nos 1,5 graus, valor que os cientistas consideram o máximo sustentável.

A administração Trump abandonou o acordo de Paris, tal como aconteceu com outros tratados e convenções. Alguns dos mais relevantes são o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular de onde saiu em dezembro de 2017, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2016, o Pacto Global sobre Refugiados em



novembro de 2018, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a 31 de dezembro de 2018 e da Organização Mundial da Saúde em julho de 2020 com efeitos a julho de 2021.

O desprezo protagonizado por Donald Trump pelos compromissos anteriormente assumidos pelos Estados Unidos, alguns com décadas, levou a que a sua administração saísse, por exemplo, da União Postal Universal, uma agência da ONU que coordena políticas e serviços postais entre as nações, onde estavam desde 1875.

DISCURSO DA IRRACIONALIDADE

A pandemia levantou inúmeras questões transversais a todas as áreas, evidenciou as desigualdades e pôs em causa os direitos básicos de todos os

seres humanos. Nos Estados Unidos, o estado falhou, entre outros desafios, na proteção dos direitos dos profissionais de saúde. Em outubro, Trump afirmou que os médicos recebem mais dinheiro se alguém morre de covid-19 e, portanto, em caso de dúvida, escolhem a covid.

A respeito da pandemia, a Amnistia Internacional tinha instado os EUA a aumentar as contribuições para a Organização Mundial da Saúde e outras agências especializadas das Nações Unidas, a ratificar o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a assinar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Apesar do país ainda estar presente em vários tratados internacionais que impõem que todos os trabalhadores na linha de frente da pandemia tenham acesso a

licença médica, atendimento médico, indemnização por acidentes de trabalho, horários compatíveis e salários dignos, os relatos como o de Tainika Somerville multiplicaram-se em vários estados. A auxiliar de enfermagem foi despedida depois de ter denunciado a falta de equipamento de proteção pessoal num centro de enfermagem e reabilitação no Illinois.

A Amnistia Internacional enviou uma lista de recomendações que visavam assegurar o respeito pelos direitos humanos a 24 representantes governamentais ligados ao combate à pandemia, entre os quais ao principal conselheiro da Casa Branca sobre a pandemia Covid-19, Anthony Fauci. O especialista foi o único a responder agradecendo à organização pelas suas advertências. Fauci, diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infeciosas dos Estados Unidos, recebeu uma série de ameaças de morte desde que tentou corrigir as declarações falsas e contraditórias de Trump sobre a pandemia. Em fevereiro, o presidente norte-americano garantia que com um pouco de calor o vírus iria desaparecer e em março que o país estava a fazer um bom trabalho no combate ao vírus. Afirmou que os números de mortes ficariam entre 75 e 80 mil, mas em maio ultrapassaram os 100 mil e os 200 mil em setembro.

Trump reafirmou em junho que o vírus ia desaparecer, o mesmo mês em que garantia que os Estados Unidos tinham a taxa de mortalidade mais baixa do mundo. Em agosto assegurava que 99 por cento dos casos eram totalmente inofensivos, para frisar que um dia depois das eleições, a 4 de novembro, já não se ouvia falar do coronavírus.

A 11 de novembro os Estados Unidos bateram o recorde de 140 mil casos de covid-19 por dia e no dia 18 atingiram as 250 mil mortes.



© 2019 SOPA Images

À LUPA

Armados sem amarras. A problemática dos EUA

A segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América diz, de forma assertiva: “Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser infringido”.

As dez primeiras Emendas da constituição, conhecidas coletivamente como o Bill of Rights (“Carta de Direitos”), oferecem proteções específicas de liberdade individual e, também, de regulamentação do próprio governo. A segunda emenda, que nos traz aqui, mais discutida e que permite leituras distintas, nomeadamente na questão da leitura do sentido lato do que é “o povo”, tem sido debatida de forma constante, principalmente neste século e, sobretudo, após episódios de violência inaudita.

Depois de Donald Trump ter sido um acérrimo defensor da “segunda emenda”, com episódios emblemáticos durante o seu mandato presidencial, que termina a 20 de janeiro com a tomada de posse de Joe Biden, urge que a nova administração americana, tal como previsto no seu programa eleitoral, olhe para a problemática de forma mais respeitadora e em consonância com os direitos humanos. Os números que a seguir apresentamos são públicos e, também com base neles, a Amnistia Internacional já fez alguns pedidos e recomendações ao próximo presidente americano.

OS NÚMEROS DE 2019

Segundo a organização Gun Violence Archive (GVA), uma associação sem fins lucrativos fundada em 2013, com o objetivo específico de fornecer

acesso online, gratuito e público, e informações precisas sobre violência relacionada com armas de fogo nos Estados Unidos da América, em 2019 morreram, na sequência do uso de armas, 39.521 pessoas (números onde se incluem os suicídios).

Vendo os dados de forma mais específica salta à vista que até aos 11 anos foram mortas 209 crianças e feridas 486, assim como morreram 778 adolescentes dos 12 aos 17 anos e ficaram feridos 2338. Quanto a tiroteios em massa, alguns deles, com alcance mundial em termos de mediatismo, em escolas secundárias um pouco por todo o país, registaram-se cerca de 450.

O AUMENTO DOS TIROTEIOS EM MASSA EM 2020

Ainda sem fechar o ano de 2020, a GVA apresentou os números até dia 30 de novembro nas suas redes sociais, onde se destaca o aumento, em mais de trinta por cento, do número de tiroteios em massa, alcançando os 587 e o número de mortes devido ao uso de arma, por vários motivos excluindo o suicídios, que em 2019 foram de 15.431 e este ano já se cifravam em 17.452.

Ainda sem precisar o número de vítimas mortais, a mesma fonte indica que durante os primeiros onze meses do ano, foram baleadas 905 crianças até aos 11 anos e 3754 adolescentes entre os doze e os dezassete anos de idade.

OS NÚMEROS NAS ESCOLAS AMERICANAS

Outra organização dedicada a recolher dados sobre violência armada nos EUA, a “Everytown for Gun Safety” tinha, até ao passado dia 6 de dezembro, evidências sobre 66 ocorrências em escolas e universidades americanas, das quais resultaram catorze mortes e trinta ferimentos graves.

Num mapa onde os trágicos



© Amnesty International

acontecimentos são divididos por cada um dos estados norte-americanos, pode-se ver que desde 2013, o primeiro ano em que a organização realizou o levantamento, até aos dias de hoje, já morreram 218 jovens (incluindo neste número 34 suicídios) e ficaram feridos 435 (sete dos quais autoinfligidos).

AS RECOMENDAÇÕES DA AMNISTIA INTERNACIONAL AO PRESIDENTE-ELEITO

Após as eleições dos EUA, em que Joe Biden e Kamala Harris foram eleitos numa votação recorde, a Amnistia Internacional apresentou uma série de recomendações ao presidente-eleito dos EUA, elaborando, em primeira instância, uma série de considerações pertinentes e que enquadram a problemática de forma assertiva.

“Os EUA são o país com a maior taxa absoluta e per capita do mundo”, devido à “facilidade e acesso”, sobretudo a quem as quer usar “provavelmente de forma indevida” Sem conseguir implementar “um sistema básico de regulamentação de armas de fogo”, em requisitos simples como o “registo ou licenciamento”, os incidentes com armas matam

diariamente “uma média de 109 pessoas” sendo por isso, a “segunda principal causa de morte entre as crianças”.

Assumindo que os EUA “falharam” na abordagem à “violência armada” que resultou na “morte de milhares e em ferimentos em muitos mais”, a Amnistia exorta a nova administração a tomar medidas que efetivamente protejam “os direitos e a segurança individual” de cada cidadão.

Para conseguir concretizar esse objetivo, os EUA devem criar, de imediato uma “Task Force” na Casa Branca, de forma transversal, que apresente nos próximos cem dias um relatório que identifique e apresente medidas a serem implementadas em todos os departamentos e agências, que ajudem, efetivamente, a reduzir a “violência armada”.

Entre muitos pedidos, a Amnistia exorta ao presidente dos EUA que “peça ao Congresso que invista 150 milhões anualmente, e nos próximos dez anos, para prevenção e intervenção na violência armada” principalmente nas comunidades em que há “níveis persistentes de crimes com armas de fogo”.

PRIORIDADES DE DIREITOS HUMANOS PARA O PRESIDENTE ELEITO DOS ESTADOS UNIDOS

Na mais concorrida eleição para a presidência dos Estados Unidos da América, com mais de 80 milhões de votos, o democrata Joe Biden – que com Kamala Harris elege a primeira vice-presidente mulher e, também, de cor – foi o escolhido para ser o sucessor de Donald Trump na liderança de um dos países mais poderosos do mundo.



© Amnesty International / Jarek Godlewski

Ainda que o candidato derrotado e atual presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, esteja no cargo até 20 de Janeiro, dia da tomada de posse de Biden e Harris e, até lá, possa continuar a gerir os destinos do país, a Amnistia Internacional já solicitou ao presidente-eleito que adote prioridades em matéria de direitos humanos, no plano nacional e internacional.

“Para começar a virar a página na longa história de violações dos direitos humanos nos EUA, o presidente-eleito Biden e o Congresso devem priorizar uma agenda corajosa de direitos humanos. Desenvolvemos onze prioridades de direitos humanos e trabalharemos com os nossos membros para garantir que sejam implementadas e mantidas”, apontou, no passado mês de novembro, Bob Goodfellow, diretor-executivo interino da Amnistia Internacional EUA.

DA VIOLÊNCIA POLICIAL AO RECURSO FÁCIL ÀS ARMAS

O ano de 2020 trouxe de novo à discussão a violência armada e a violência policial nos EUA. Foram vários os casos, mas o que fez espoletar uma primeira reação a nível mundial e sem precedentes foi a morte bárbara de George Floyd, que levou à criação do movimento “Black Lives Matter” e reacendeu a questão do racismo e da desigualdade de oportunidades e de tratamento.

Acabar com as mortes por agentes da polícia e com o uso excessivo da força por parte das autoridades, nos EUA e em todo o mundo, é sem qualquer surpresa, um dos temas que a Amnistia Internacional traz em destaque no documento enviado a Joe Biden e Kamala Harris. Da mesma forma que as reações após a morte de Floyd com manifestações, contramanifestações e confrontos que resultaram em mortes, voltaram a colocar na agenda a discussão sobre a violência armada.

DA PROTEÇÃO HUMANITÁRIA AO YEMEN

De forma sucinta, o documento exorta a administração americana a restabelecer o acesso a asilo, o estatuto de refugiado e a proteção humanitária a quem a solicitar possuindo razões humanitariamente definidas para tal, evitando, entre outros casos, a separação de crianças dos seus pais, um drama que aumentou de forma considerável no período de Trump.

O encerramento, há tantos anos assumido como prioritário, de Guantanamo, e a suspensão de venda de armas a governos e a conflitos bélicos responsáveis por violações de direitos humanos, conforme define o direito humanitário internacional, são outros dos tópicos apresentados no documento orientador.

DA IGUALDADE GÉNERO À CRISE CLIMÁTICA

Na mesma medida, a Amnistia Internacional exorta a que os EUA tenham particular atenção aos temas da libertação de imigrantes detidos assim como de prisioneiros de consciência; que defendam de forma assertiva o direito à manifestação e a liberdade de expressão nos EUA e em todo o mundo; que sejam voz ativa na promoção da igualdade género e que protejam, no âmbito das Nações Unidas, as populações perseguidas em todo o mundo.

Numa altura em que todos os Estados lutam contra a pandemia, é importante, para a Amnistia, que se defenda o cancelamento do pagamento de dívida dos países mais pobres que, com a Covid-19, perderam, ainda mais, a capacidade de fazer face a esses compromissos. Por último, e depois de tantos passos atrás no tempo de Donald Trump, o documento realça a importância dos EUA assumirem como sua a luta contra a crise climática.





PAQUISTÃO

ONDE ESTÁ IDRIS KHATTAK?

Talia descreve o seu pai, Idris Khattak, como um homem carinhoso, generoso e altruísta. Este defensor de direitos humanos, de 55 anos, investigava e escrevia sobre os desaparecimentos forçados no Paquistão, para organizações como a Amnistia Internacional. Nos tempos livres, podia ser facilmente encontrado no seu jardim, a cuidar das plantas e a falar com as galinhas.

Mas, em novembro de 2019, numa cruel reviravolta do destino, Idris desapareceu. Uma testemunha indicou que viu o carro de Idris ser intercetado e assistiu ao momento em que lhe colocaram um saco preto na cabeça.

Talia decidiu começar uma campanha para descobrir o paradeiro do pai. Apoiada pela Amnistia Internacional e por milhares de pessoas em todo o mundo, o seu trabalho e a pressão pública começaram a dar resultados. Em junho de 2020, as autoridades paquistanesas assumiram algo inédito: admitiram que Idris estava sob sua custódia e acusado ao abrigo do Ato de Segredos Oficiais. Se considerado culpado, pode ser condenado à pena de morte ou a uma longa pena de prisão.

Sabemos que o ativismo funciona e todas as ações podem ajudar a juntar esta família de novo. Idris deve regressar a casa imediatamente.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/apelar-idris-khattak



ÁFRICA DO SUL

POPI E BONGEKA MERECEM QUE SEJA FEITA JUSTIÇA

Numa sexta-feira à noite, em maio de 2017, duas jovens mulheres, Popi Qwabe, de 24 anos e Bongeka Phunugla, de 28, preparavam-se para sair à noite. Como em tantas outras vezes, saíram de casa e apanharam um autocarro. Mas foi a última vez que foram vistas com vida.

Após uma desesperada busca em todos os hospitais e esquadras da polícia, a verdade surgiu: Popi e Bongeka foram assassinadas a tiro e atiradas para a berma da estrada. Suspeita-se que também tenham sido violadas.

Foram presos dois homens por suspeita de ligação aos homicídios, mas foram libertados devido à falta de provas. Os relatórios forenses nunca foram divulgados e as famílias de Popi e Bongeka acreditam que a investigação policial estava comprometida desde o início devido à corrupção e falta de vontade.

Três anos depois e apesar da indignação nacional, ninguém foi responsabilizado. De acordo com o governo da África do Sul, uma mulher é morta a cada 3 horas e raramente é feita justiça. Todo o apoio é fundamental para que seja feita justiça. Este é o momento de exigir um fim à violência de género na África do Sul.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/apelar-popi-e-bongeka



ARGÉLIA

PRESO POR FAZER O SEU TRABALHO ENQUANTO JORNALISTA

Desde o dia 22 de fevereiro de 2019 que têm ocorrido grandes manifestações, todas as sextas-feiras, na Argélia, por uma reforma política. O movimento, designado por Hirak, conseguiu remover o presidente Abdelaziz Bouteflika do poder e continua a apelar por “uma mudança completa no sistema político”.

O movimento Hirak criou esperança numa mudança positiva no país, mas fê-lo à custa da coragem de jornalistas independentes como Khaled Drareni. Apenas assim foi possível que o movimento chegasse aos jornais de todo o mundo. Khaled desempenhou um papel fundamental em analisar, documentar e transmitir em direto nas suas redes sociais, todas as informações importantes sobre as manifestações.

Foi preso uma primeira vez e libertado posteriormente mas, no dia 27 de março, foi novamente detido e encontra-se atrás das grades desde então. Está acusado de “incitamento a reunião desarmada” e por “prejudicar a integridade do território nacional”.

Khaled Drareni nunca deveria ter sido preso. A sua detenção e prisão ilustram a repressão que é imposta na Argélia e ameaçam a esperança num futuro melhor. Deve ser libertado imediatamente.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/apelar-presos-enquanto-trabalha



CHILE

QUEREMOS JUSTIÇA PARA GUSTAVO GATICA

Em novembro de 2019, eram muitas as preocupações com o aumento do custo de vida e da desigualdade no Chile. Milhões de pessoas saíram às ruas para exigirem dignidade e o mundo testemunhou o seu grito por mudança. Mas as autoridades responderam com violência e munições reais e de borracha.

Gustavo Gatica, um estudante de psicologia de 21 anos, fã de música e fotografia, foi um dos que sofreu diretamente com essa resposta. Quando a polícia disparou contra os manifestantes, Gustavo foi um dos atingidos. Nesse momento, devido aos ferimentos, o jovem estudante ficou cego de forma permanente.

No passado dia 20 de agosto, o procurador nacional acusou formalmente o agente responsável pelos disparos contra Gustavo e abriu uma investigação para apurar todos os factos. Graças à ação de milhares de pessoas estamos um passo mais perto de conseguir justiça, mas é ainda necessário que os responsáveis pelas ordens de disparo sejam responsabilizados também.

“Perdi a minha visão para que as pessoas pudessem ver o que se passa no Chile”, diz Gustavo. No mínimo, merece que seja feita justiça.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/apelar-gustavo-gatica

O tempo das soluções



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

***“Gosto muito desta
organização que vai
além da denúncia e
constrói, dá soluções!***

***Que vai além da
generalização,
ao contrário
fundamenta-se em
dados para analisar
as situações e
fundamenta-se nos
direitos humanos para
dar soluções isentas,
imparciais e eficazes.”***

A sociedade hoje vive tempos de nada ou absoluto. Parece não haver meio-termo em muitas franjas. Isto explica - apenas em parte - a polarização a que assistimos nas redes sociais e no crescimento de partidos e forças da sociedade civil mais extremadas. Esta polarização vive também do descontentamento, das frustrações pessoais e coletivas, do sentimento de injustiça, seja ele verdadeiro e válido, seja ele uma desculpa expiatória. Vive de não nos escutarmos. Muitos vencidos por isto mesmo, demitiram-se de contribuir. Camões escreveu sobre eles à beira do rio Tejo, os velhos do restelo. Jim Henson criou as célebres personagens “os marretas”, dois velhos na ópera dizendo mal de tudo, personificando os que apenas assistem à vida, criticando todos e todas sem construir soluções. O tempo de protagonismo destes extremos destrutivos tem de terminar.

A Amnistia Internacional - desculpem a manifesta admiração - faz um trabalho que muito aprecio por todo o mundo e que segue contra essa corrente do dizer apenas mal. Em todos os seus relatórios, em todo o seu trabalho de denúncia de abusos e problema de direitos humanos inclui no final um capítulo no qual apresentamos soluções aos responsáveis para que aquele problema deixe de existir.

Este é o tom e o método em que acredito. Em criança, foram-me ensinando a olhar a realidade e, naturalmente o mais fácil, identificando o que está mal. De seguida o meu pai sempre me perguntava a seguir o que faria eu se pudesse resolver a situação. Esta pergunta insistente, este estímulo moldou a minha forma de pensar.

Vem daqui a admiração pelo método investigativo e pelas soluções que a Amnistia Internacional sempre propõe.

Seria muito mais fácil denunciarmos apenas, dizermos mal, criticarmos, estarmos sempre do contra. Esse é o perfil das pessoas, movimentos e partidos extremados. Mas dizer mal só, não chega! Gosto muito desta organização que vai além da denúncia e constrói, dá soluções! Que vai além da generalização, ao contrário fundamenta-se em dados para analisar as situações e fundamenta-se nos direitos humanos para dar soluções isentas, imparciais e eficazes.

A revista Agir que tem nas mãos está cheia dessa esperança certa de quem aponta caminhos, de quem apresenta a bússola, que os direitos humanos são, como proposta para um mundo melhor.

No mês de dezembro foi dada atenção mediática, finalmente, a um caso trágico de abuso de direitos humanos em Portugal. A morte, alegadamente pelo Estado (até que em tribunal se dê como provado), de um cidadão nas instalações e à guarda do SEF no aeroporto de Lisboa. Ainda que esta tragédia tenha sido isolada nas suas proporções, o acolhimento de pessoas representa um problema sistémico a investigar pelo número de testemunhas que dizem o contrário. No SEF o problema é também administrativo: É público que as pessoas demoram vários meses a ser atendidas. Todas as pessoas que vêm à procura de trabalho, não têm um visto que possa enquadrar esse pedido em todo o espaço Schengen.

É também frequente sabermos de episódios de uso excessivo da força e de manifestações de racismo e xenofobia por parte de agentes da PSP, ainda que o seu trabalho seja de facto proteger os direitos humanos de todas as pessoas e o diretor nacional desta

polícia tenha afirmado que todos os agentes o fazem sem exceção. Dizê-lo é não encarar a realidade. Dizer o contrário, que todos os agentes são maus, racistas e xenófobos é estar também longe da realidade e no campo da generalização e da polarização.

Para este problema global do uso excessivo da força a Amnistia Internacional tem pedido um pouco por todo o mundo várias medidas que acreditamos podem ser solução para este problema:

1. Videovigilância nos espaços e instalações, nos carros das forças de segurança e nos uniformes dos agentes. Nos EUA esta experiência já foi testada em alguns locais com sucesso. Os bons agentes não terão medo desta medida. Pelo contrário, irão agradecer esta transparência que permitirá separar o trigo do joio, ajudando-nos a perceber quem são os bons agentes e quem são os que não merecem servir o país e os direitos humanos nessa profissão.
2. Formação inicial e contínua alicerçada no conhecimento teórico e prático dos direitos humanos. Todos os agentes ao serviço, nas várias polícias e guardas têm de saber que a sua primeira missão é a defesa e a proteção de todas as pessoas sem exceção, dos seus direitos humanos.
3. Que o exercício do *profiling* se baseie apenas em comportamentos e a sua resposta seja proporcional. Nunca baseado em género, etnia, proveniência ou outras características físicas ou ideológicas.
4. Melhores condições de trabalho, e escrutínio no recrutamento destas instituições para que pessoas xenófobas, racistas ou misóginas não consigam ser recrutadas e infiltrar-se nestas forças. No presente sabemos que são uma minoria, mas é quanto

basta para mancharem o bom nome das suas instituições.

5. Ao longo dos anos a Amnistia Internacional tem também pedido um órgão inspetivo externo ao Ministério da Administração Interna. Neste apelo somos acompanhados por várias instituições internacionais. A IGAI, dependente do mesmo ministério que tutela as polícias não tem verdadeira independência. A título de exemplo, no caso criminal de violência na esquadra de Alfragide, não viu matéria disciplinar até à Justiça ver matéria criminal. Um órgão inspetivo externo com a capacidade de escrutínio para perceber quem são os maus agentes e garantir que se entrem nas forças de segurança não ficam muito tempo a prestar um mau serviço ao país. O Estado não pode exercer racismo ou xenofobia através das forças de segurança e guarda. Um caso já será demasiado.

Estes são alguns caminhos que propomos para este problema e é este o modo como trabalhamos nesta obstinada busca de soluções para que os direitos humanos sejam realidade no mundo inteiro. Foi para isso que a Amnistia Internacional se constituiu e é por isso que é tão importante que esteja connosco fazendo parte das soluções e neste movimento de milhões de pessoas que acreditam que um mundo melhor é possível e querem contribuir para que ele aconteça.

2021 será o ano da esperança, dos que constroem! Por isso obrigado por fazê-lo connosco. Juntos somos a Amnistia Internacional e juntos mudaremos o mundo para melhor, para os direitos humanos.

SEM-ABRIGO

*Há quem arrisque a vida para
dormir num sítio seguro.*

www.amnistia.pt/outros-olhares-sem-abrigo



O metro sai da estação, veloz. O tempo começa a contar. Tânia acelera pelo passeio estreito que ladeia a linha, cruza-a, escala o muro de dois metros e salta-o no bocadinho em que o arame farpado se interrompe. Tudo depressa, antes que o metro volte a passar. Do outro lado do muro, sente-se segura. “É uma aventura!”

Não a inquieta a ordem de recolher obrigatório de segunda a sexta a partir das 23h. Naquela fábrica devoluta, a polícia não passa. Pode dormir em paz com o namorado na estrutura de ferro e pano que armou a um canto. Naquele espaço, protegido por um trio de guarda-sóis, recriou uma sala de estar e um quarto de dormir.

Ao fim-de-semana, com o recolher obrigatório que vai das 13h às 5h, é outra história. “A pessoa não pode sair e vai levar mais vezes com as autoridades, não é? A polícia abordar-me, há sempre complicações. Não tenho nada a temer, mas é sempre chato. O pessoal tem de se fazer à vida para comer, para isto, para aquilo.”

Nas exceções à proibição de circular cabem as deslocações de profissionais e voluntários para prestar assistência a pessoas sem abrigo. Todos se podem deslocar para ir buscar comida, medicamentos e outros bens essenciais. O Comando Nacional da PSP emitiu uma orientação sobre isso. Mas tudo é incerto para quem vive de expedientes e tem por essenciais bens ilícitos.

Debaixo da Ponte da Arrábida, um homem tentava não tremer. “Aqui estou”, dizia, deitado na margem da via, sem passeio nem passadeira, envolto num cobertor que se confunde com as folhas que cobrem o chão. “Tenho receio de ir para um sítio onde há pessoas a passar. Há pessoas que têm maldade. Fazem mal. Aí não quero estar. Mais quero estar sozinho. Aqui ninguém pára.”

Ainda não sabia como lidar com o recolher obrigatório ao fim-de-semana. “Onde é que a gente vai buscar um pão?” Fica horas junto a um supermercado. De vez em quando, lá passa alguém que lhe dá uma banana, uma maçã, um pão ou uma moeda. Tendo dois euros e meio pode comprar uma dose que já nem é bem heroína, é uma mistura de heroína com outras substâncias, “é medicação”.

Oito anos aos caídos. “A pior desgraça que fiz na minha vida foi meter-me nisto.” Tem duas filhas e nenhum contacto com elas. “Aos princípios, prontos. Depois, uma pessoa anda mais suja.... Tinha receio delas me verem com as colegas e as colegas falarem delas. Se as visse, fugia para não as envergonhar.” Uma irmã até o deixava ficar numa garagem, mas lá na terra, no Marco de Canaveses, era mais difícil sossegar a ressaca. O preço da droga é mais alto e o grupo de potenciais doadores menor. “É uma tristeza. É doloroso isto. Uma pessoa não... só quem vive.”

Debaixo daquela ponte, com os carros a passar a grande velocidade, o frio tornava-se mais cortante. E as palavras de Tânia, noutra parte da cidade, fazem mais sentido. “Há quem esteja pior”, diz ela. “Estou numa área fechada. Não estou tão sujeita a ser abordada. Mesmo em questões de frio, chuva, tudo. Aqui, vou tendo para me agasalhar.”

Na sua salinha, uma dezena de cadeiras de plástico indica que há quem ali venha consumir. Não se injecta, fuma, mas guarda as seringas dos outros e troca-as por kits quando nas proximidades passam as equipas de rua. Quem se serve daquela sala de chuto improvisada dá-lhe uma pedrinha uma vez ou outra e isso é que a vai ajudando a matar a ressaca. Isso e a sucata que apanha com o companheiro.

Com o primeiro fim-de-semana com recolher obrigatório a aproximar-se, perguntava-se se teria mais gente, como antes da pandemia: “Não sei se o pessoal que está na rua vai optar por passar o tempo aqui. Se optar, vou ter de arranjar o espaço para terem minimamente o cuidado de ficarem mais afastados uns dos outros.” Adivinhava ressacas. Bastava-lhe pensar nos dois rapazes que ali moram, um dentro de uma tenda, outro apenas com cobertores por baixo e por cima. Trabalham como vigias para um traficante. “A partir das 13h, não se pode andar na rua, vai fechar, não é? Durante a tarde vai ser complicado tirarem pare eles. Depois é estarem aqui. Não têm nada para se distraírem.”

Versão mais curta de reportagem originalmente publicada no jornal Público, no dia 15 de Novembro de 2020.

Texto de Ana Cristina Pereira e Fotografias de Paulo Pimenta











CABO DELGADO, UMA GUERRA QUE ECOA ENTRE O ÊXODO E O MASSACRE

ENTREVISTA

Em outubro de 2017, começaram os ataques do grupo “Al-Shabaab” no Norte de Moçambique, em Cabo Delgado. O que começou como uma crise distrital com violentos ataques a instituições governamentais em Mocímboa da Praia, rapidamente escalou para uma crise humanitária que hoje soma mais de dois mil mortos e meio milhão de deslocados.

Os mais recentes relatos que chegam da aldeia de Muatide, em Muidumbe, falam de um campo de futebol transformado em local de carnificina e extermínio. António Guterres, secretário-geral da ONU, mostrou-se “chocado com os relatos de massacres perpetrados por grupos armados não estatais em várias aldeias, incluindo a decapitação e rapto de mulheres e crianças”.

Enquanto o porto e o aeroporto de Mocímboa da Praia continuam nas mãos de grupos armados, ao resto das populações não resta senão procurar abrigo em regiões vizinhas, também elas sem casas ou alimentos suficientes para os acolher. Em Pemba, capital da província de Cabo Delgado, há uma voz que se impõe contra a violência armada.

O Bispo D. Luiz Fernando Lisboa fala-nos da importância de internacionalizar esta guerra para que saibamos que ela existe e que cabe a todos AGIR.

© Bwala mídia



D. Luiz Fernando Lisboa

Bispo de Pemba

Qual era a sua missão quando chegou a Moçambique?

Cheguei a Moçambique no início do milênio, em janeiro de 2001, como missionário da congregação dos Missionários Passionistas. Fiquei quatro anos fora, no Brasil, mas sempre com a cabeça e o coração aqui. Em 2013, o Papa Francisco antecipou a minha volta. Nomeou-me Bispo e vim trabalhar na mesma diocese onde fui missionário, em Pemba.

Quais são as principais transformações a que tem vindo a assistir em Cabo Delgado?

Cabo Delgado sofreu várias transformações. Foi sempre uma das províncias mais pobres de Moçambique, com índices muito elevados de desnutrição e de doenças como a cólera e o VIH. Os índices sociais e de analfabetismo também são bastante complicados. Penso que a principal transformação foi quando se começaram a explorar os recursos naturais, os rubis, as pedras semipreciosas, o ouro e, mais recentemente, o gás. Isso criou uma convulsão social na província. Nestes últimos três anos, temos enfrentado uma guerra absurda que tem sido central. A COVID-19 está em segundo plano porque esta guerra tem mudado todos os nossos planos e tem-nos obrigado a reinventar.

Os distritos do centro e do nordeste da província têm sido os mais afetados por violentos ataques terroristas. Como é que a população de Cabo Delgado tem enfrentado esta guerra?

Em Macomia, já atacaram várias vezes as mesmas aldeias. Nesses lugares já não está quase ninguém. Mas, em Macomia, também há algumas aldeias que ainda não foram atacadas. Há pessoas que ficaram porque está lá um grupo grande do exército, mas muita

gente saiu porque se sente insegura ou porque viu a sua aldeia ser atacada. Em Mocímboa da Praia, a população saiu quase toda e em Quissanga e Muidumbe também. E muitos, de outros distritos ao redor, saem por prevenção e por medo. Estamos a viver um momento de um êxodo muito forte. Não podemos dizer às pessoas para não deixarem as suas casas. Aqueles que conseguem, carregam o que podem e aqueles que foram atacados, saem sem nada, com a roupa do corpo. É uma situação humanitária muito grave, como nunca tinha pensado viver.

Há deslocados no porto e no aeroporto de Mocímboa da Praia que continuam nas mãos de grupos armados. Que assistência têm recebido estas pessoas?

As pessoas que estão no poder de grupos armados não têm recebido assistência. Não é possível aceder a

Mocímboa da Praia ou a Quissanga, por isso, estas pessoas não têm qualquer assistência. Depois dos últimos ataques, também não é possível chegar a Muidumbe. A Macomia chega-se, mas com muito medo porque metade da população abandonou. Neste momento, não sabemos que pessoas ficaram e sob o poder ou ao cuidado de quem estão. Dói muito saber que ficaram idosos para trás por não terem força para caminhar pelas matas. Estas pessoas ou estão a apoiar-se umas às outras, ou se juntaram ou já perderam a vida por falta de assistência.

Que proteção e segurança está a ser assegurada por parte das autoridades?

As forças de defesa estão presentes em todo o lado e o governo aumentou o efetivo. Porém, tem demonstrado que não é suficiente. Por isso, nós precisamos de ajuda na formação. Foi isso que o governo pediu. Ajuda



© Amnesty International

na formação do nosso pessoal e apoio logístico. Precisamos de tudo. De roupa, ferramentas, tendas, comida. Precisamos de ajuda para atender as vítimas e para dar uma resposta a esta crise humanitária.

Como conseguiu estabelecer a sua base de missão para conseguir chegar às pessoas e lhes prestar a assistência que tanto precisam? Quem são os seus principais parceiros?

Cabo Delgado tem 17 distritos e 9 deles estão comprometidos nesta guerra. Tivemos de reinventar a nossa pastoral porque os nossos missionários e missionárias estavam na região onde houve ataques armados. Foram os últimos a saírem das áreas da missão. Primeiro saíram as pessoas do governo, depois as organizações não governamentais e, por último, os missionários. Tivemos de nos reposicionar e estamos praticamente todos a trabalhar em função do atendimento aos deslocados.

A igreja tem estado sempre com os deslocados, mas não está a trabalhar

sozinha. Estamos a trabalhar em parceria com organizações ligadas às Nações Unidas, como o PMA, a UNICEF, o PNUD e o ACNUR. Trabalhamos com a Cáritas e com organizações de Espanha, de Portugal, da Alemanha e do Brasil e temos também trabalhado em parceria com o governo.

Este atendimento não pode ser feito sem o conhecimento e a parceria do governo que através dos seus líderes recebem e coordenam as pessoas que chegam às aldeias e aos distritos.

O papel da Igreja está tradicionalmente associado a uma missão de assistência e não de denúncia. Contudo, além de ajudar os deslocados que fogem da violência dos conflitos provocados pelos jihadistas, também se esforça para que esta guerra seja conhecida internacionalmente. Como vê esta mudança de posicionamento dentro da Igreja?

A Igreja existe para evangelizar, mas a evangelização não significa apenas

“Nestes últimos três anos, temos enfrentado uma guerra absurda que tem sido central. A COVID-19 está em segundo plano porque esta guerra tem mudado todos os nossos planos e tem-nos obrigado a reinventar”



anúncio. Também é denúncia. Aquilo que é contra o projeto de Deus, deve ser denunciado. A Igreja em Cabo Delgado nunca deixou de falar. Talvez muitas pessoas tenham esse tipo de pensamento de que a Igreja existe para rezar e deve cuidar dos problemas



©DR

dentro das suas portas, mas não é assim. Jesus não ficou trancado no templo. Ele ia para as praças, ia anunciar. Falava das situações do mundo e foi criticado e crucificado por isso. Tinha posições em favor da vida e do ser humano e esse é o papel da Igreja.

A Igreja também se importa com o ser humano como um todo, não só com a sua alma, mas também com o seu coração. Se alguém passa fome, também é um problema nosso, da sociedade e da Igreja. Se alguém é injustiçado, é um problema nosso porque a Igreja é comprometida com a verdade e com a vida.

Talvez precisemos de refletir sobre o papel da Igreja e do cristão. É muito importante que os cristãos que conhecem o Evangelho pensem nisso. Os cristãos que estão na política, no jornalismo e na educação. Se entendêssemos melhor qual é a mensagem e o projeto de Jesus, talvez o mundo fosse um pouco diferente.

Que reação obteve por parte das autoridades nacionais ou locais às suas denúncias públicas da violência em Cabo Delgado?

Há sempre reações, sobretudo quando alguém fala. Não necessariamente por parte das autoridades, mas de pessoas da sociedade, com críticas. Mas isso faz parte e não nos amedronta.

Como comunidade internacional, o que podemos fazer para incentivar as autoridades locais e nacionais a Intervir na situação de Cabo Delgado?

A primeira coisa já está a ser feita que era o que nós queríamos, internacionalizar esta guerra. Não podemos ter um pensamento curto e achar que podemos resolver os problemas sozinhos. Seja individualmente, como pessoas, seja como famílias, seja como uma

“Se alguém passa fome, também é um problema nosso, da sociedade e da Igreja. Se alguém é injustiçado, é um problema nosso porque a Igreja é comprometida com a verdade e com a vida”.

comunidade ou como um país. Não é possível um país achar que consegue resolver tudo sozinho.

O Papa Francisco falou da nossa guerra e isso deu-nos muita visibilidade. Neste momento, todos sabem onde é Cabo Delgado. Alguns deputados portugueses também ajudaram muito porque levaram esta situação para o parlamento europeu.

O governo moçambicano pediu ajuda e agora vários líderes mundiais e a própria União Europeia estão a aproximar-se para ver como podem ajudar.

O Primeiro-ministro português conversou com o nosso Presidente e o Presidente de Portugal também escreveu para se solidarizar com o que aconteceu em Muidumbe. Agora, estamos todos a assumir que esta guerra não é só de Cabo Delgado, não é só de Moçambique. São pessoas que estão a perder tudo, são vidas que estão a ser ceifadas. Estamos a falar de mais de 500.000 deslocados, mais de meio milhão de pessoas.

É preciso uma mobilização mundial, uma solidariedade internacional para que possamos dar uma resposta a esta crise humanitária.

Qual é a principal prioridade de Moçambique, neste momento?

Não é só para Moçambique, mas para todo o lado. Todas as ações de pessoas públicas da sociedade devem ser no



sentido de incluir todos. Não é justo que haja um abismo tão grande entre ricos e pobres. O Papa Francisco diz que enquanto relegarmos a maior parte da população para as periferias onde não há acesso àquilo que é essencial, não estamos a cumprir o nosso papel numa sociedade sã.

Todo o tipo de governação deve-se voltar para os mais pobres e para os mais carentes para que possam fazer parte da sociedade e para que participem das riquezas que um país tem. Para que possam ter à sua disposição aquilo que são condições básicas de saúde, educação e assistência social para poderem trabalhar e assim contribuir.



© Amnesty International

À LUPA

O drama de milhares de pessoas na República Centro Africana

“Os civis têm sofrido o impacto de ondas sucessivas de violência e conflito armado, desde 2002, na República Centro Africana. Milhares foram mortos, violados e mais de meio milhão de pessoas ainda estão em situação de deslocadas. A impunidade é uma afronta para as vítimas e um cheque em branco para os autores de crimes.”

Afirma a diretora para a África Ocidental e África Central da Amnistia Internacional, Samira Daoud.

É este, em linhas gerais, o panorama diário que se vive na República Centro Africana (RCA). Um drama que, como tantos outros, foi provocado pela luta pelo poder, e que afeta principalmente civis, nomeadamente os mais desfavorecidos, entre eles, famílias inteiras, que se viram desalojadas e precisam de um teto para viver.

QUANDO E PORQUÊ COMEÇOU

Em 2003, na sequência de um golpe de Estado, chegou ao poder o general François Bozizé que, nas

funções de Presidente, avançou com um governo de transição composto por representantes de todos os grupos políticos, profissionais, sociais e religiosos do país. Em maio do mesmo ano, criou o Conselho Nacional de Transição que elaborou a redação de uma nova constituição - ratificada por 90% do eleitorado em 2004 - e a organização de novas eleições - realizadas em março de 2005 – ganhas pelo próprio.

No entanto, as rebeliões no norte do país nunca deixaram de existir, apesar

de todos os acordos assinados, entre os quais o de 2008, que previa a criação de um governo de unidade nacional, eleições locais em 2009 e parlamentares e presidenciais em 2010. Devido às críticas e acusações de despotismo, corrupção e abuso de poder, no segundo mandato de Bozizé, as tensões aumentaram e surgiu o Seleka.

O conflito entre o Seleka (composto por membros da minoria muçulmana da RCA e pertencentes a três fações rebeldes diferentes: União das Forças Democráticas para a Reunificação, União das Forças Republicanas e Convenção dos Patriotas para a Justiça e Paz) e as forças governamentais começou em 2013, depois de os rebeldes terem acusado o então presidente François Bozizé de não respeitar os diversos acordos de paz que previam uma trégua entre o governo e os rebeldes e a inclusão destes no exército nacional.

Em 2016 os Seleka foram oficialmente extintos mas vários dos seus membros criaram novas milícias – conhecidas como ex-Seleka – que continuaram, a par dos anti-Balaka, de origem maioritariamente cristã e que surgiram no final da presidência de Bozizé, a atacar impunemente por todo o país. Entretanto, em fevereiro de 2019, um acordo de paz foi assinado em Cartum, capital do Sudão, pelo Governo e 14 grupos armados, originando, um mês mais tarde, num compromisso para o início de um governo inclusivo.

PORTUGAL NA RCA

Um contingente de 104 militares dos três ramos das Forças Armadas portuguesas embarcou no início de Outubro para a República-Centro Africana para integrar as missões da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE) na região, no âmbito da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República

Centro-Africana (MINUSCA). A principal missão das tropas portuguesas é a proteção de civis perante a ameaça e a violência dos diversos grupos armados. Só este ano, o contingente português que constitui a Força de Reação Rápida, já se envolveu em vários tiroteios, principalmente na zona de Bocaranga (a 500 quilómetros da capita Bangui) junto à fronteira com os Camarões e o Chade.

De forma considerada unânime a prestação das tropas portuguesas tem sido elogiada e valorizada por todos



os quadrantes tendo, inclusivamente, recebido no início deste ano, uma medalha da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo desempenho na missão de paz nos seis meses anteriores.

O PAPEL DO TRIBUNAL PENAL ESPECIAL

O Tribunal Penal Especial é um tribunal apoiado pela ONU com mandato, por um período renovável de cinco anos, para investigar e acusar crimes à luz do direito internacional e outras violações graves de direitos humanos, cometidos a partir de janeiro de 2003, na RCA. Criado através de

uma lei de junho de 2015, iniciou atividade no dia 22 de outubro de 2018. É complementar ao mandato do Tribunal Penal Internacional e dos tribunais comuns do país.

A criação do Tribunal Penal Especial trouxe um vislumbre de esperança para as vítimas, mas o progresso é lento. Atualmente, dez casos estão a ser investigados pelos juizes, mas o tribunal recusou-se a divulgar a identidade dos 21 indivíduos detidos, sem fornecer as razões para tal recusa”, ainda de acordo com Samira Daoud.

No relatório “On trial, these warlords lowered their eyes”: The Central African Republic’s challenging pursuit of justice (“No julgamento, estes senhores da guerra baixaram os olhos”: O desafio da República Centro-Africana na procura por justiça”), a Amnistia Internacional concluiu que os avanços do Tribunal Penal Especial têm sido prejudicados por deficiências na sua operacionalização e pela falta de transparência.

O sistema de justiça do país também é demasiado fraco para lidar com a vasta escala de violações de direitos humanos.



Prisioneiro de consciência libertado em Cuba

CUBA

Roberto de Jesús Quiñones Haces, advogado cubano, jornalista independente e prisioneiro de consciência, foi libertado no dia 4 de setembro.

Apesar da libertação de Roberto ser uma boa notícia, a sua condenação por simplesmente ter partilhado as suas opiniões, nunca deveria ter acontecido. Após a sua libertação, agradeceu todo o apoio que recebeu da Amnistia Internacional e reforçou o seu compromisso em defender o jornalismo independente e a liberdade de expressão em Cuba.



©CubaNet 2019

©Amnesty Slovakia



A Eslováquia recusou retroceder na proteção dos direitos sexuais e reprodutivos

ESLOVÁQUIA

Em outubro, a Eslováquia rejeitou a aprovação de uma lei draconiana que iria impor novos obstáculos à interrupção voluntária da gravidez e aumentar os perigos para a saúde e bem-estar de milhares de mulheres e raparigas.

Este voto representa uma vitória para todas as mulheres e ativistas que não ficaram em silêncio e que agiram para derrotar esta tentativa de restrição aos seus direitos humanos.

Mais de 100 pessoas perdoadas na Venezuela

VENEZUELA

Num gesto que representa apenas um primeiro passo para reverter anos de políticas repressivas, o presidente Nicolás Maduro anunciou que iria perdoar 110 pessoas com acusações pendentes. Entre os que vão beneficiar desta medida estão pessoas que foram detidas arbitrariamente na sede dos serviços de

inteligência, pessoas que foram anteriormente libertadas com medidas de restrição e pessoas que foram forçadas a abandonar o país. Espera-se que esta decisão seja um ponto de viragem para o fim das detenções arbitrarias e dos julgamentos injustos contra todas as vozes críticas na Venezuela.



©DR

Narges Mohammadi finalmente em liberdade!

IRÃO

Narges Mohammadi, uma proeminente defensora de direitos humanos iraniana, foi libertada após milhares de pessoas em todo o mundo terem atuado em sua defesa. Narges tinha sido condenada a uma injusta pena de 16 anos de prisão pelo seu trabalho pacífico contra a pena

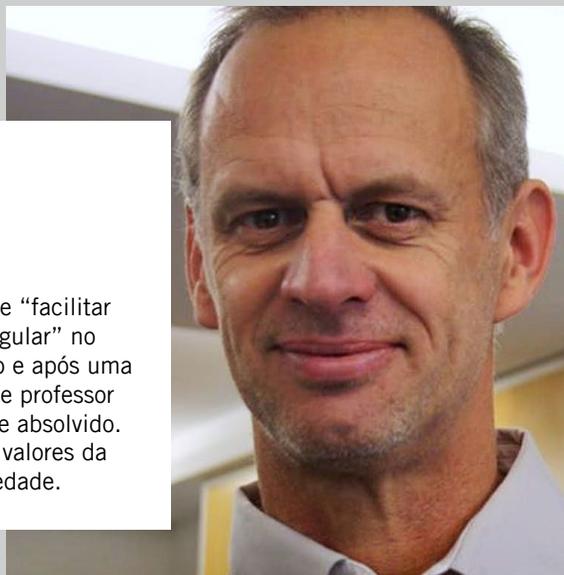
de morte e pelas suas ações no Centro para os Defensores de Direitos Humanos no Irão, enquanto vice-presidente. Neste momento, está reunida com o seu marido e a receber os tratamentos médicos de que precisava há vários meses.

Em França, um julgamento histórico confirmou que a solidariedade não é um crime

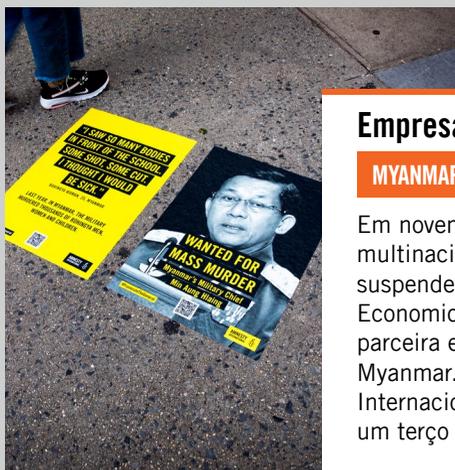
FRANÇA

Em 2016, Pierre-Alain Mannoni deu bofeia a três requerentes de asilo que tinham acabado de entrar em França. As três mulheres, uma delas menor de idade, estavam absolutamente exaustas e em clara necessidade de ajuda. Mas por esta ação humana e bondosa,

foi considerado culpado de “facilitar a estadia e circulação irregular” no país. No final de setembro e após uma longa batalha judicial, este professor universitário foi finalmente absolvido. No final, prevaleceram os valores da fraternidade e da solidariedade.



©DR



© Amnesty International

Empresa Kirin suspende pagamentos a empresa militar do Myanmar

MYANMAR

Em novembro, foi anunciado que multinacional japonesa de cerveja Kirin suspendeu os pagamentos à Myanmar Economic Holdings Limited (MEHL), parceira em dois joint ventures no Myanmar. As investigações da Amnistia Internacional revelaram que, pelo menos um terço dos acionistas da MEHL são

responsáveis por crimes ao abrigo do direito internacional, nomeadamente contra as populações Rohingya e outras minorias nos estados de Rakhine, Kachin e estados Shan do Norte. É um passo importante para a Kirin, que assim demonstra respeitar as suas obrigações de direitos humanos no país.



© Juan Pablo Azabache. Amnistía Internacional

GPS

Mal paga, presa, assediada, assassinada. As lutas no feminino exigem urgência

Ser mulher ainda não é sinónimo de se viver em pleno e em liberdade. Um pouco por todo o mundo e em contextos diferentes, as mulheres continuam a ser vítimas de violência, desigualdades, privação de liberdades fundamentais ou femicídio. A luta pela igualdade de género está longe do fim e continua a encontrar entraves muito enraizados nas sociedades. A Amnistia Internacional relembra algumas das batalhas mais emblemáticas dos movimentos feministas nos dias de hoje, destacando a violência doméstica e de género, assédio sexual, desigualdades no local de trabalho, perseguição de ativistas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Enquanto o mundo atravessa uma pandemia sanitária, outra parece continuar em segundo plano. A violência doméstica, que afeta uma em cada cinco mulheres, é apelidada de “pandemia silenciosa” e, em 2020, teve efeitos devastadores causados pelos confinamentos obrigatórios. Em 2019, 243 milhões de mulheres e raparigas foram vítimas de violência

por parte de um parceiro, mas a Organização das Nações Unidas (ONU) alertou para mais 31 milhões de casos semelhantes devido a estas restrições sanitárias. A casa pode ser o lugar mais perigoso para uma mulher vítima de violência, quando esta é obrigada a conviver com o seu parceiro/agressor. Só o número de chamadas para linhas de apoio às vítimas aumentou em 500% no mundo. Apesar dos apelos de várias entidades, apenas um em cada oito países adotou medidas para atenuar os efeitos da pandemia sobre mulheres e raparigas, crítica a ONU Mulheres, o organismo das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.

Em Portugal, a polícia registou uma média de 40 ocorrências por dia. Em 2020, de um de janeiro a 15 de novembro, 30 mulheres foram assassinadas, o que totaliza 564 vítimas de femicídio desde 2004, segundo dados do Observatório de Mulheres Assassinadas, uma estrutura da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). 16 mortes ocorreram

em seio de relações de intimidade, sendo que em 10 destas 16, já havia violência prévia denunciada e, em outras quatro, já tinham sido reportadas ameaças de morte. Os femicídios são, muitas vezes, o culminar de um ciclo de violência que se perpetua há algum tempo, daí que em 80% destes casos, a violência já era conhecida por terceiros. Em oito situações, as mulheres já tinham tentado fugir do agressor. 44% das vezes, o assassinato ocorreu na residência do casal e, em 25%, na casa da vítima. Cátia Pontedeira, da UMAR, disse à Amnistia Internacional que estes números continuam a revelar uma “uma motivação de género que não pode passar despercebida” e que a luta vai durar até “chegarmos às zero mortes”.

ASSÉDIO SEXUAL

Apesar de 140 países terem leis contra o assédio sexual, muitas vezes estas não são conhecidas ou não chegam a ser aplicadas. E este é um dos crimes mais comuns praticados contra a

mulher. Mais de metade das mulheres dizem já ter sofrido algum tipo de assédio sexual durante a vida e, na União Europeia, uma em cada 10 relata já ter sido vítima de ‘ciberassédio’, uma tendência cada vez maior, que inclui ter recebido mensagens sexualmente explícitas indesejadas e/ou ofensivas por email ou nas redes sociais.

O risco é maior entre as mulheres jovens com idades entre os 18 e os 29 anos. Se olharmos para o Médio Oriente e Norte de África, 40 a 60% das mulheres foram vítimas de assédio sexual na rua, sob a forma de comentários sexuais ou perseguição. No local de trabalho, este continua a ser um crime “que compensa”, uma vez que os casos raramente chegam a ser julgados e a vítima, na sua maioria, acaba por abandonar o cargo. As disparidades laborais não se ficam pelo silenciamento das vítimas de assédio. Segundo os dados mais recentes, em Portugal, a diferença remuneratória entre homens (que ganham mais) e mulheres

corresponde a 52 dias de trabalho pago ou 148,9 euros. Apesar da diferença salarial estar a diminuir – em 2012, as mulheres ganhavam menos 18,4% e, em 2020, valor fixou-se nos 14,4% - ainda é muito significativa. Quanto mais importante o cargo, maior o abismo na carteira. Por norma, as mulheres que ocupam cargos em quadros superiores recebem menos 617,2 euros do que os homens. Em contexto de pandemia, o Eurofound (Índice da Igualdade de Género do Instituto Europeu para a Igualdade de Género) alerta que quatro em cada dez mulheres afirmam estar numa situação financeira pior agora do que antes da crise sanitária.

ATIVISMO

A Polónia é um caso de sucesso recente de ativismo no feminino, com milhares de mulheres nas ruas a pressionar o Governo a recuar numa lei que criminalizaria o aborto em casos de más formações dos fetos. No entanto, ser uma mulher ativista é muitas vezes, pagar com a vida o preço de lutar pela liberdade e igualdade. Os casos flagrantes que a Amnistia Internacional continua a denunciar acontecem na Arábia Saudita, onde há registos de cinco mulheres presas e outras dez que ainda estão a ser julgadas, mas que aguardam em liberdade.

O caso mais conhecido é da ativista Loujain al-Hathloul, que viu o seu caso ser transferido para o um tribunal de crimes relacionados com terrorismo.

Al-Hathloul e Nassima Al-Nada foram detidas juntamente com cerca de uma dúzia de ativistas, em maio de 2018, semanas antes de a Arábia Saudita levantar a proibição de condução para as mulheres. Os casos destas mulheres estão longe de estar resolvidos e, enquanto aguardam, há relatos de abusos e violência por parte das autoridades sauditas.



© Ema Anis for Amnesty International

Que prevaleça a esperança

Vivemos tempos decisivos como sociedade, como movimento e como mulheres e homens. O turbilhão da vida agitada do século XXI rendeu-se perante a necessidade de salvaguardar a nossa saúde física. A distância e a saudade são hoje sinais de amor ao próximo e de cuidado. Numa sociedade confinada, temos que lutar ainda mais para que o confinamento seja apenas físico, para que não se confinem vozes, vontades ou democracias.

Como dizia Martin Luther King Jr. “o que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”, não nos podemos deixar derrotar por este constrangimento, mas sim aproveitar estes momentos de introspeção para reafirmar as nossas crenças, os nossos ideais e o nosso movimento.

Os últimos meses têm sido prova da nossa resiliência, da nossa vontade de afirmar a nossa voz, provam-no o trabalho incansável da nossa equipa executiva, mesmo que em teletrabalho, provam-no o trabalho corajoso de todas e de todos os/as nossos recrutadores/as de face-to-face, mesmo com o desafio de quebrar a barreira da confiança com uma máscara posta, provam-no a boa vontade e empenho dos nossos membros em manter todos os órgãos de democracia interna em funcionamento, mesmo que à distância.

A Assembleia Global do movimento (realizada a 7 e 8 de novembro) foi sinal de todos estes sentimentos humanos, do interregno estratégico do momento, à esperança trazida por uma nova Secretária Geral, da dúvida em relação ao futuro, à certeza dos nossos valores e ideais.

Prova disto mesmo são as linhas orientadoras do próximo período estratégico, em que mais do que prever os desafios de direitos humanos vindouros, se reservam a recentrar o movimento nas nossas causas, valores e ferramentas fundamentais, como o mostram a prioridade dada à defesa da liberdade de associação e expressão, ao combate a todos



os tipos de discriminação e desigualdade, o reforço dos departamentos de investigação e/ou a preocupação com o bem-estar dos membros e apoiantes.

O Conselho Geral (do passado dia 26 de novembro) demonstrou a vontade inabalável das nossas estruturas operacionais em dizer presente, partilhando as suas preocupações, mas também ambições, os projetos que aguardam o fim desta pandemia, apresentando os novos e novas coordenadores/as, e pensando em conjunto um sonho que é mais um ponto de união e coesão interna, o futuro Centro de Direitos Humanos. Uma infraestrutura que nos irá permitir crescer enquanto movimento, mas também enquanto casa mãe segura e livre para a difusão dos direitos humanos em Portugal.

O momento que vivemos não deve ser visto como uma areia movediça que para além de nos impedir de continuar, nos puxa para baixo, mas deve sim ser visto como uma incubadora que mantém o nosso movimento bem vivo, saudável e em desenvolvimento, estando dessa forma pronto para que, quando a oportunidade surgir, regressar em força. Nestes tempos conturbados, não deixemos que o grito dos maus prevaleça, não deixemos que o medo prevaleça, não deixemos que a distância prevaleça, afirmemos a esperança, a bondade e façamos prevalecer os direitos humanos.

Angariação de Fundos



TRAZEMOS BOAS NOTÍCIAS! Em 2021 vamos diversificar e crescer ao seu lado!

Apesar dos duros desafios vividos em 2020, acabamos o ano a festejar a brilhante prestação do nosso projeto Face to Face, que ao longo da segunda vaga desta pandemia se destacou internacionalmente, pelos excelentes resultados que conseguiu manter, sendo a secção da Amnistia Internacional que a nível internacional apresentou melhor desempenho. Obrigada querid@s recrutador@s pela dedicação e empenho extra ao longo dos últimos meses. Muito obrigada a todas as pessoas que, apesar dos tempos incertos que vivemos, caminham connosco, lado-a-lado, na luta por um mundo melhor e mais justo!

Os próximos tempos são igualmente de esperança. Queremos crescer, consigo do nosso lado, e por isso, nos últimos meses dedicámo-nos também a desenvolver uma candidatura a um fundo internacional – Fundraising Investment Fund (FIF) – providenciado pelo secretariado internacional da Amnistia Internacional, com o intuito de estimular o expansão e receitas de algumas secções, que se encontrem com bons indicadores de crescimento, e

que por isso possam ser uma prioridade para investimento, de modo a contribuírem para o total de receitas angariado mundialmente pelo nosso movimento. Este investimento na nossa secção foi recentemente confirmado, e estamos extremamente entusiasmados com esta oportunidade de conseguirmos chegar a mais pessoas, tornando a Amnistia international Portugal numa das secções de referência a nível internacional.

Todo este esforço tem como objetivo final conseguir envolver cada vez mais pessoas nas nossas causas, garantindo que o número de ativistas cresce mundialmente, mas também, assegurando que em Portugal conseguimos ser cada vez mais relevantes no nosso trabalho em prol dos direitos humanos, permitindo-nos investir cada vez mais em áreas como comunicação e campanhas; garantir que a nossa capacidade de investigar violações de direitos humanos no nosso país é cada vez mais uma realidade; e conseguir ainda desenvolver novos projetos de educação para direitos

humanos, certificando a nossa presença em cada vez mais sessões de educação, em várias escolas, e em vários cantos do nosso país.

Desde 2005 que nos especializámos em angariar novos apoiantes e membros através do projeto Face to Face, e a necessidade de diversificar canais de entrada é cada vez mais sentida, tanto pelo risco existente de estarmos tão dependentes de um projeto apenas, como pela carência de respondermos aos novos desafios, e neste sentido, os próximos meses vão ser de uma forte aposta em canais como o projeto Door to Door, e principalmente em meios de aquisição digitais, tornando a nossa presença visível em várias frentes.

Acompanhe-nos nesta nossa nova aventura! Vamos dando notícias!

© christophemeireis.com



**MARATONA
DE CARTAS**

**A VOSSA ASSINATURA
TEM MAIS PODER DO
QUE IMAGINAM**



JUNTEM-SE A NÓS!

**ASSINEM EM DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS EM:**

WWW.AMNISTIA.PT/MARATONA

ASSINAR

